

MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 41

Sessão Ordinária Fevereiro

1.º Reunião em 13/02/2020

Aos treze dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Auditório da Associação Musical Santa Cecília, em São Bernardo, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Primeira Secretária, e pela Vogal Ana Cláudia Pinto de Oliveira, na qualidade de Segunda Secretário, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Rui Miguel Fernandes de Almeida, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marilia Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, João Miguel Moniz Laranjeira da Silva, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ana Margarida Santos Valente, e Rui Carlos Neves Medeiros Alvarenga.002

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os deputados Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, e Carlos Francisco da Cunha Picado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltou nesta reunião da Sessão a Vereadora Joana Fonseca Valente

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão da Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Jorge Manuel Correia Girão, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Rui Miguel Fernandes de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Júlia Margarida Ribeiro Correia, e Ana Margarida Santos Valente. 004

Assembleia Municipal de Aveiro - Acta n.º 41 do Quadriénio 2017/2021 - Pág. 1

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Rogério António Gonçalves Cachide, António Alberto Rodrigues dos Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Jerónimo dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do atrigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 36 – Sessão Ordinária Novembro – 1.ª reunião da Sessão realizada em 06-11-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Miguel António Costa da Silva, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Nuno Manuel Marques Pereira, Fernando Manuel Martins Nogueira, Virgínia Maria Melo Matos, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra,

Acta n.º 37 – Sessão Ordinária Fevereiro – 2.ª reunião da sessão realizada em 12-11-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.007

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Fernando Manuel Martins Nogueira, Raúl Ventura Martins, Henrique da Rocha Vieira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Acta n.º 38 – Sessão Ordinária Fevereiro – 3.ª reunião da sessão realizada em 22-11-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.008

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais, Joao Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, e Fernando Manuel Martins Nogueira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nélson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Miguel António Costa da Silva e Joao Carlos Rodrigues Morgado, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos.

Acta n.º 39 — Sessão Extraordinária Novembro — Sessão realizada em 26-11-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Raúl Ventura Martins, Henrique da Rocha Vieira, Fernando Tavares Marques Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a "Ordem-do-Dia" constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 Informação sobre a Atividade Municipal de 01NOV19 a 07FEV20;
- Ponto 2 Apreciação e Votação dos Contratos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia do Município para 2020;
- Ponto 3 Apreciação e Votação da Moção Eliminação das portagens na A25/A29/A17;
- Ponto 4 Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação Das normas do Orçamento Participativo para garantir a democracia, a igualdade e a inclusão de cidadãos com menos recursos financeiros.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Presidente da Mesa:010

Presidente de Junta São Bernardo.

Henrique da Rocha Vieira:011

"Muito boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, caros colegas deputados, ao público aqui presente que nos enche a alma por termos este espaço bem composto, e à Imprensa que também está aqui hoje.

Apenas duas notas, porque hoje o meu papel é mesmo só de dar duas notas. Primeiro agradecer à Associação da Sociedade Musical Santa Cecília, pela cedência deste espaço em que nós estamos, A Junta é aqui ao lado, mas o espaço não é tão digno como este para termos as c0ondições necessárias para trabalhar.

As outras duas notas é de que esta Assembleia veio cá no âmbito da descentralização que tem vindo a ser feita, mas também porque a Freguesia acabou de comemorar os 50 anos de freguesia. E isto também faz parte do nosso aniversário, que agradecemos desde já, estarmos aqui em São Bernardo hoje.

Duas notas para a questão muito importante que foi a revisão do PDM. Foi importante para o concelho e também para a nossa freguesia, porque, de facto, vai de encontro às nossas pretensões e `s pretensões das pessoas. O nosso foco está nas pessoas. Mais criação de espaços verdes, mais infraestruturas, melhor qualidade de vida para os cidadãos. É isso que nós queremos e é isso que nos leva a andar aqui.

A outra nota é, a exemplo desta Assembleia, fazer a descentralização em São Bernardo de Aveiro para aqui, aproveitávamos fazer um apelo para o nosso governo da nação, que fizesse também no âmbito da descentralização, que nosso ex-centro de saúde mental, que é de São Bernardo, foi doado e vendido a preços muito simbólicos, que facto venha para nós freguesia, para o nosso município, porque de facto temos ali aquele prédio devoluto a criar maus vícios, mas que seja uma boa razão agora, neste período até 2021, que de facto aquilo passe para o nosso município, para podermos ter ali alguma coisa que faça bem, porque de facto o que temos ali, eu costumo dizer que é um monumento ao tijolo, mas é de facto de um mau aspecto tremendo.

São estas as duas notas. Espero que os trabalhos decorram da melhor maneira, não temos as condições melhores para os nossos deputados, hoje vão ter de escrever em cima dos joelhos, mas isso também faz parte. Muito obrigado a todos."

Presidente da Mesa:012

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe José Luís Dias de Castro₀₁₃

Assunto: Resposta sobre o cruzamento da Bica em Mamodeiro.

Munícipe Ângelo Manuel Pinho da Costa₀₁₅

Assunto: Sobre a regularização da EN 235, junto ao cruzamento da Bica e evolução das

obras.

Munícipe Helena Maria Cardoso Ferreira₀₁₈

Assunto: Intervenção da EN235, ao Km 9,8, no cruzamento da Bica em Mamodeiro

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:020

"Muito boa noite a todos. Um abraço e muito gosto de estar aqui na nossa Assembleia Municipal. Dar nota do seguinte. A rotunda da Bica estava prevista há muitos anos. Mas foi substituída por um critério que eu discordo mas que compreendo a decisão que foi tomada, pela morte que ainda agora foi citada pela sua Avó, e obviamente com a dor de todos nós, e aquilo que se decidiu pelo dono daquela estrada, agora chamado de infraestruturas de Portugal, foi um projecto para que nós pudéssemos resolver alguns problemas naquele sítio.

Primeiro o cruzamento da Bica não dá para construir uma rotunda mesmo que ovalada. A rotunda que estava para ser construída era uma rotunda com raio desigual. Mas o problema é que o desnível das quotas do terreno, todo conhecem, são incompatíveis nomeadamente com o tráfego pesado. E a solução que adotou o IP com a nossa concordância (isto não tem nada a ver com o presidente Antero), tudo isto foi vivido com o Presidente Antero como equipa que sempre fomos. Portanto aqui ninguém está a desonrar o Presidente Antero como é evidente. Eu herdei isto. Como sabem quando cheguei à Câmara estava a decisão tomada do semáforo para ser instalado, pouco depois de tomarmos posse, a verdade é que o semáforo é uma péssima solução como é fácil de verificar por toda a gente que ali transita, nomeadamente no sentido mais intenso, que é um sentido nascentepoente. A solução que foi adotada pelo projetista e pelas infraestruturas de Portugal, que é o dono daguela obra, repito com a nossa concordância, são fazer duas rotundas. Uma a fazer no sítio que é o acesso à autoestrada N1 e que faz o seu seguimento para a rua do Sobral, que contorna os Armazéns Reis, passa no centro da Bica, pela estrada que hoje não tem saída, essa estrada vai ser continuada e vai desembocar à rotunda. E é por esta estrada que os Armazéns Reis vão passar a ter acesso. Os armazéns vão deixar de ter acesso pela estrada N235. Portanto esta é a solução para que a transposição do lugar da Bica para Mamoadeiro de faça em total segurança, numa distância maior do que aquela que é atravessar apenas a estrada, mas é uma circulação de um nível muito mais elevado.

Por outro lado, do lado mais a Poente, aquele que é hoje o cruzamento da rua da Brejeira com a Rua Nova, chamamos-lhe o cruzamento do cemitério, aí vai ser construída uma outra rotunda de menor dimensão, e quem estiver na rua da Bica e quiser atravessar para Mamodeiro vem cá abaixo à rotunda da A1 e sobe e vira à direita, quem está em Mamodeiro e quer vir para a Bica, vai a esta rotunda que vai ser construída no cruzamento com a Rua Nova, entra na rotunda e depois entra na Bica.

Portanto a Bica vai ficar com entrada e saída na mão, dos dois lados, não se pode é cruzar. Esta é a solução que vai dar um nível de solução muito alto e que compatibiliza aquilo que é as contagens de tráfego na N235, que é milhares de vezes superior áquilo que é o trafego da Bica para Mamodeiro, como todos nós conhecemos.

Portanto desta forma nós conseguimos que o trafego se faça nesta zona a uma velocidade baixa porque há a rotunda do cruzamento da Al e há a rotunda neste cruzamento do cemitério, e nas rotundas há passadeiras e no cruzamento da Bica também há. Passadeira sobre elevadas, com largura, etc.

Portanto esta é uma solução sólida em termos de segurança. Podemos dizer ligeiramente mais incómoda porque para fazer o atravessamento é necessário fazer uma distância um bocadinho maior, mas não estamos a falar de fazer quilómetros. Estamos a falar de fazer algumas centenas de metros mais, garantindo um nível de segurança muito alto para toda a gente.

Portanto é isto que está em obra no quadro do trabalho do IP. Embora só está metade da obra em curso porque depois da rotunda da UTMB à entrada da Póvoa, essa obra era para ser feita também até ao cruzamento da EN109, mas as infraestruturas não têm dinheiro para tudo e acordámos fazer primeiro este troço.

O que é que vem a seguir? É evidente que temos que lutar muito, mas sabemos que este governo tem investido muito pouco em infraestruras. Nós queremos isto como solução definitiva? Claro que não. A solução definitiva está definida há mais de 20 anos.

E é o quê? É o completar da chamada variante da EN235 que vai desde a rotunda da UTMB até ao viaduto da Al já no município de Oliveira do Bairro, na zona industrial. E quando esta variante passar no enfiamento da rotunda da Al do lado de Aveiro, haverá ai uma via que entra e que irá infraestruturar a zona industrial que irá ser infraestruturada no quadro desta operação. Aliás, a tal rotunda, com ligação para a Bica e para as tem empresas e para os Armazéns Reis, ela já fica a fazer o arranque da tal estrada que irá estruturar esta nova zona da zona industrial de Mamodeiro, até chegar depois à nova variante. A questão é quando é que isso vai ser feiro. Vamos lutar, continuar a lutar, mas obviamente que temos consciência que o Governo do país não tem grande prioridade e sabemos que 6 anos meus e mais 5 anos do Presidente Élio Maia foram a demora para conseguirmos esta pequena obra que está a ser feita. Ainda ficou metade por fazer e a variante obviamente a ver vamos se são só mais 10 anos.

Portanto é neste quadro que estamos a trabalhar. Um, ficamos com uma solução segura que tem um ligeiro inconveniente de fazer mais algumas centenas de metros, mas com um ganho enorme de segurança e de fluidez no tráfego que ali passa. Na última contagem de tráfego que fizemos, é a nossa estrada mais movimentada de todas. Julgam que é a antiga N109 mas de facto não é.

De resto tomei boa nota das questões que colocaram para ir verificar. Nomeadamente a questão da acumulação de água no sítio que enunciou. Quanto ao saneamento há algumas zonas de Mamoadeiro, como algumas zonas de Eixo, que a nossa empresa águas da região de Aveiro não acabou. Basicamente porque são zonas onde é preciso fazer uma estação elevatória para poder construir a rede para o esgoto andar porque não tem declive natural para andar por gravidade. Portanto são questões destas porque é preciso que haja um número de produtores, de casas, que justifiquem o investimento de uma estação elevatória porque é um investimento muito caro não a fazê-lo como depois a mantê-lo diariamente.

Portanto, independentemente de podemos conversar com mais calma, com papeis em cima da mesa, estarei ao vosso dispor, mas de momento são as respostas claras que posso dar nesta matéria. Obrigado."

Munícipe Vera Lúcia de Jesus Pires da Rosa₀₂₂

Assunto: Pedido de esclarecimento sobre problemas urbanísticos da cidade.

Munícipe Maria Teresa Marques Borralho Sequeira Pereira₀₂₃

Assunto: Obra da Capela de Nossa Senhora da Saúde - apresentação baixa assinado.

Munícipe Olga Sandra Moreira de Pinho₀₂₅

Assunto: Plano de requalificação da área envolvente à escola EB 2/3 de São Bernardo - abate de árvores.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:027

"Obrigado a todas. Vera Lúcia só dar-lhe nota que é normal que as pessoas falem mais das obras do centro de Aveiro. A comunicação social está e há uma que passa a vida a ser referida, em cada quatro notícias duas são sobre essa obra. Mas não é verdade. Eu aconselho-a a ir a Verba, uma das maiores obras em termos financeiros que a Câmara tem neste momento em execução é em Verba. Verba é uma das mais pequenas povoações do município. Azurva vai começar este mês a obra de requalificação de uma das urbanizações maiores no nosso município fora do centro da cidade. Investimento enorme. Verdemilho, não sei se sabe onde é. Está lá uma grande obra de requalificação de uma escola e de uma nova estrada. Este mês de fevereiro vamos lançar dois concursos que valem 3.5 milhões de euros de ampliação e classificação de duas escolas em duas povoações que não sei se alguma vez ouviu falar, Quinta do Loureiro e Póvoa do Paço.

Portanto, temos de facto uma diversidade e uma quantidade imensa de obras nos 4 cantos do nosso município, porque nós somos Câmara Municipal e tratamos de tudo. As pessoas falam mais de umas que outras, mas isso obviamente é também da liberdade das pessoas e das suas análises como não pode deixar de ser.

Quanto às ruas estarem péssimas e os passeios, é verdade o que dizem nalgumas áreas, não é verdade onde nas obras novas que fazemos. Essas ficam com passeios impecáveis. Portanto estamos numa operação de grande intensidade de qualificação urbana nos vários aglomerados urbanos do nosso município e vamos continuar. Sabendo que obviamente o nosso passivo é enorme. Foram muitos anos sem fazermos nada. Estamos a fazer muito e pedindo sempre a compreensão de todos, porque são obras muito incómodas, mas que é fundamental para nós termos passeios em condições, iluminação pública, árvores no sítio certo, etc. Estamos já com muitas obras mas vão ser muitas mais. Operações que tem obviamente que ser faseadas e localizadas por zonas, não podemos colocar aqui uma grande empreitada para estar tudo em obra como é evidente.

E aqui em São Bernardo acabámos há muito pouco tempo uma qualificação nesta zona central, mas vamos continuá-la. Alguém disse e bem, foi a D. Olga Pinho que ainda não chegamos a Aveiro em passeios contínuos. É verdade! Mas está neste momento em projecto o que falta para ligar a obra que acabámos à pouco até à obra que vai começar dentro de pouco tempo, que as pessoas chamam de rotunda de São Bernardo, ali junto ao Pingo Doce, por baixo da antiga EN109, portanto para termos aqui todo este troço urbano com toda a qualidade. Posso também falar, porque está em fase final de projecto, a qualificação na zona Póvoa do Valado, para ligarmos até à rotunda do UTMB.

Portanto todo este eixo que é a EN235 está em total operação de requalificação urbana, com as obras que estão e que vamos terminar.

Quanto aos Plátanos da Avenida Artur Ravara. Esta vida de Presidente da Câmara é difícil, mas é bonita. Vocês viram aqui a D. Vera preocupada com os Plátanos daquela zona junto do Conservatório e bem. Embora deva dizer que esteja tranquila porque nós temos já aqueles Plátanos dobre observação. Alguns deles estão a começar a entrar numa situação que, nomeadamente quando chegam estas intempéries novas, causa ali preocupação. Mas nós sabemos D. Vera. Fique tranquila. Eles não vão ser eternos. Umas das mais belas Tílias

do nosso Parque, fantástica, foi destruída pela tempestade Elsa. Aquela tempestade que tivemos há dias. Correu bem porque não estava lá ninguém a passar. A Tília tinha um tronco que eram precisos três zé ribaus para a abraçar. Etc.

Portanto nós vamos cuidando para que elas vivam o mais possível, mas vamos agindo no seu corte antes que elas nos tragam problemas. É evidente que a D. Vera falou numa coisa que é verdade. Eram as podas mal feitas. Isso acabou no nosso município. A poda de decepar os ramos junto aos troncos o que faz é fortalecer as raízes e lançar hastes mais longas e que obviamente o risco delas partirem é mais alto. Mas olhem, temos uma excelente Eng^a. Florestal, uma excelente Eng^a. Agrícola, temos um excelente encargado de jardins, temos gente muito competente. Mas temos feito um bom trabalho.

Gostei da ideia do lanche. Já me compraram por muito menos. Mas vamos lá combinar o lanche. Não podemos é dar a volta ao concelho todo se não vai ter de pagar almoço, lanche e jantar. Temos de focalizar a área de maior interesse da sua parte.

Dona Maria Teresa, muito obrigado pelas suas palavras. Como sabe, estamos a fazer o projeto já na parte final, para dar "saúde" à capela da Senhora da Saúde. Temos ali uma incoerência, é que vamos lá rezar à Senhora da Saúde, mas a capela não têm saúde nenhuma. Está cheia de água lá dentro, está cheia de fungos, tem mil problemas de construção. Mas estamos a acabar o projecto para uma obra que cuide bem da saúde da capela da Senhora da Saúde. Vamos iluminá-la por fora porque ela é também uma referência urbana naquele sítio sabendo que é a única capela do nosso município que está no meio de uma rotunda! É uma circunstância urbana anormal. E temos o nosso eucalipto! Se seguíssemos aqui a D. Olga Pinho, nem pensar em cortá-lo. Vamos ter de fazer aqui uma acareação. Mas nós no projeto estamos a discutir para tomar uma decisão. Por um lado é uma árvore que nós gostamos dela, mas por outro lado temos consciência que ela vai estando no fim da sua vida. E constituindo ali um risco para quem passa e para as casas ali perto porque a altura que tem dá perfeitamente para ultrapassar o arruamento e atingir as casas que estão próximas. E obviamente vai-se esgalhando. Ainda agora com a Elsa lá caiu mais um galho do nosso eucalipto. Portanto vamos tomar uma decisão.

Mas fiquem a saber o seguinte. Seja de manter seja de cortar, nós procuraremos tomar a melhor decisão. Decisão que interessa a todos. Hoje a vida é feita de forma muito radical. Há uns que vêm aqui e corta porque aquilo é uma porcaria, há outro que nem pensar em cortar porque aquilo salva o mundo. Nada destas exposições extremadas são verdade.

Em cada árvore e em cada operação nós tomamos a decisão que é a melhor decisão, num quadro de uma análise técnica, de gente competente. E além do mais estamos a negociar, como já anunciei, uma nova entidade para vir trabalhar connosco, com a qual assinaremos protocolo proximamente, chama-se Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro que é reconhecidamente em Portugal uma das entidades com maior capacidade técnica ao nível da gestão de árvores, nomeadamente das chamadas árvores urbanas.

Quanto à D. Olga Pinho. D. Olga já nós conhecemos bem, obviamente estive atento ao que disse, mas nem era preciso estar atento, porque conheço bem as suas posições, os panfletos que distribui na vizinhança, e vamos explicar tudo às pessoas. Saiba o seguinte, nós somos completamente a favor das árvores. Veja só para a semana vamos plantar 1200. O que não quer dizer que as árvores todas que temos nos nossos espaços urbanos estejam correctas porque não estão. E ali é um bom exemplo de um conjunto de árvores que estão erradas.

E nós D. Olga, em primeiro estão sempre as pessoas. Sejam deficientes, sejam crianças, seja quem for. E um passeio com metro e meio não pode ter uma árvore no meio.

Não pode ter. A árvore é um elemento importantíssimo na urbanidade mas os passeios são para as pessoas. Portanto o projecto que fizemos, que falámos com tanta gente, que ouvimos tanta gente, é um projecto para dar qualidade na envolvente à escola 2/3 de São Bernardo.

Para dar esse equilíbrio entre passeios que são para as pessoas e ali temos um público muito especial, são as nossas crianças e os nossos jovens, é para terem corredores seguros e não terem para ultrapassar as árvores terem de ir para a plataforma rodoviária.

Temos de ter estacionamento automóvel, porque estamos num sítio altamente produtor de tráfego como é uma escola, e vamos continuar a ter algumas árvores. Vai perceber no fim da obra com o trabalho que estamos a fazer com a escola, que ainda não está terminado, que balanço entre as que vamos tirar e as que vamos colocar, vai ser um balanço positivo. Agora, nós não podemos defender uma árvore que está no sítio errado. Há 20 anos ou 25 muito pouca gente ligava em andar a pé. Muto pouca gente fazia caminhadas por questões de saúde, mas o mundo mudou imenso. E hoje tanta gente que faz caminhadas por causa da saúde, tantos idosos nossos que antigamente com 70 anos estavam sentadinhos agora dão, até por prescrição médica, passeios de manhã, passeios à tarde. Nós queremos um município das pessoas. E um município das pessoas também tem árvores. E vai ter muito mais do que tinha há seis anos. Mas isso não quer dizer que todas as que existem tenham de continuar a existir, não faz qualquer sentido.

E nesta zona urbana, aqui não é nenhum bairro, a zona urbana que envolve a EB 2/3 de São Bernardo, que além do mais nem sequer passeio dos dois lados tem, se bem conhece como deve conhecer, vai de facto ser um espaço com muito mais qualidade, vai continuar a ser um espaço bom, muito mais seguro, com mais árvores, e que com o parque da área escolar, aquela bordadura verde junto à vedação tem poucas árvores e pode ter muitas mais, nomeadamente no lado sul e nascente.

Portanto é desta forma séria e equilibrada que nós fizemos aquele projecto. Vamos fazer a obra com este objectivo quadro.

Quanto à ciclovia, para terminar. A nossa lógica não é colocar ciclovias em todo lado. Até porque fisicamente não é possível. A nossa lógica é nos espaços urbanos de maior concentração, serem zonas de uso misto e com limitação de velocidade 30km. E termos depois vias chamadas variantes, para que as pessoas que saiam do espaço urbano possam andar depressa. É esta a nossa aposta. Porque não é possível agora encher tudo isto de ciclovias até porque viria a causar problemas enormes. Portanto fique tranquila que nós amamos muito as árvores.

Mas antes de amarmos as árvores amamos as pessoas. Dos que nasceram hoje e dos que têm noventa e tal anos. Amamos todos. E cada árvore que decidimos cortar ou que decidimos plantar, jovem porque ninguém nasce adulto, ninguém nasce adulta D. Olga. Mas fazemos isto de forma equilibrada para que o nosso município continue a crescer de forma qualificada e pondo as pessoas em primeiro lugar. Numa lógica bem harmonizada, com as nossas árvores, com os nossos espaços verdes e que são tão importantes para a nossa vida. Muito obrigado Senhor Presidente."

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu inícionas ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:029

"Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Um especial agradecimento à Junta de Freguesia de São Bernardo por nos acolher aqui hoje. Eu vou ser breve. Nós algum tempo atrás aprovamos uma recomendação à Câmara Municipal no sentido de utilizarmos cada vez menos águas em garrafas de plástico. E, portanto, era altura de uma forma um pouco mais criativa a assembleia fazer um esforço no sentido de também adotar outro tipo de mecanismo para servir as águas. É um apelo e renovar o apelo à Assembleia.

O Senhor Presidente referiu aqui a questão das árvores, eu não vou fustigar a Assembleia com a questão das árvores. Se o Senhor Presidente fosse Presidente da Câmara de Portalegre o Plátano que lá está desde 1838 e que é hoje em dia um ex-libris da cidade não resistiria em relação às suas políticas.

De facto, não concordo em nada com o que disse. As árvores são para ser mantidas. A senhora que nos antecedeu estava-se a referir à conservação das árvores. Não se estava a referir à substituição das árvores. Portanto, eu compreendo parte política da Câmara relativamente à segurança, mas a choque há um excesso de zelo. Há um excesso de zelo neste momento por parte do município em cortar árvores onde claramente não é necessário se forem mantidas, se foram podadas, se forem preservadas convenientemente.

Agora a questão dos passeios. Ora bem, a questão dos passeios já foi aqui trazido muitas das vezes. Eu vou-lhe dar um exemplo, só um. Mas há por toda a cidade. E se me permitir gostaria também de partilhar um lanche consigo se gostar da minha companhia tenho todo o gosto em ir lá consigo. Avenida dos Lusíadas na Forca. O passeio central que lá existe é larguíssimo, tem árvores, mas é permanente espaço de estacionamento abusivo. Nem estamos a falar daquele estacionamento momentâneo que às vezes fazemos para levar um documento rapidamente, não.

Estamos a falar de estacionamento permanente, inclusive nocturno. E não há policia que ponha cobro àquela forma de estacionar. E o passeio está todo coberto de carros. Não há espaço para uma pessoa percorrer o passeio de uma ponta à outra.

O Executivo já pensou quando fala nas pessoas, já pensou que os policias municipais poderiam ir lá resolver aquela questão. Aquele passeio é um lugar de estacionamento ou é um passeio?

Eu até arrisco trazer esta matéria aqui. Sabe porquê? Porque lá há umas árvores e corro o risco de que na segunda-feira as árvores já lá não estejam. Porque V. Exa vai concluir que o problema são as árvores enão são os carros. Os carros que na Forca o estacionamento é absolutamente abusivo em todo o lado. E, portanto, esta questão, esta fixação nas árvores é, de facto, confrangedora. E eu gostava de lhe perguntar sobre esta matéria específica, o que é que a câmara sabe, o que é que fez, o que é que pensa fazer, para resolver o problema do estacionamento abusivo permanente? Não estou a falar daquele estacionamento leviano que toda a gente faz, até eu o pratico de vez em quando. Estou a falar do estacionamento permanente em cima dos passeios. Ou seja é uma inviabilização total do passeio que não é usufruído pelas pessoas. Obrigado Senhor Presidente."

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 031

"Boa noite a todos. Trazemos aqui duas questões principais. Na verdade uma questão e uma constatação. A questão seria como é que está o PART- programa de apoio à redução tarifária. Nós em Novembro tínhamos trazido isso, foi dito que em Outubro já teria sido assinado o contrato que dava solução aos municípios de Aveiro que não estavam incluídos por não haver o acordo, na altura, como a Área Metropolitana do Porto, gostámos de saber se neste momento esta questão já está resolvida ou se está em vias de resolução? De facto, para conseguir consagrar um direito, que já o é um pouco por todo o país.

A outra constatação é acerca do viaduto de Esgueira. Foi uma preocupação que nós também já levantámos, que o Senhor Presidente na altura até respondeu muito rapidamente, por esta preocupação acerca do estado de total degradação a que aquele

viaduto se encontra. Lembrar que a última intervenção que aquele viaduto teve em termos de conservação era em estado deficitário, portanto, certamente será o estado anterior a acontecer alguma coisa menos boa que antecipamos com muita preocupação. E sabendo que a responsabilidade é das infraestruturas de Portugal, sabemos também que responsabilidade da segurança dos munícipes de Aveiro é da Câmara Municipal de Aveiro. E como tal, deve exercer toda a pressão que seja possível para que a situação seja resolvida e deve vê-la como assunto prioritário e extremamente preocupante porque o é. De facto, queremos aqui também questionar o que é que a Câmara tenciona fazer neste sentido. Disse."

Vogal Júlia Correia (BE) 032

Vogal Raúl Martins (IND): — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 034

"Boas noites. Senhor Presidente através da sua pessoa cumprimento todos os presentes. Três notais muito simples. A primeira nota é sobre a nomeação do nosso Presidente da Câmara para o Comité das Regiões da União Europeia. E além disso integra a Comissão dos Fundo Comunitários. É uma honra para Aveiro, é uma honra para o nosso país, estou muito contente. E o Senhor Presidente após quase um quarto de século como Presidente de Câmara deve também estar contente em ter atingido um posto desta importância.

Segundo aspecto é um lamento. Eu lamento o conjunto de processo judiciais e de queixas formais a entidades inspectivas, etc, nomeadamente sobre decisões que foram aprovadas democraticamente na Câmara e democraticamente nesta Assembleia Municipal.

É uma vergonha. Uma vergonha, que envergonha Aveiro e particularmente me envergonha a mim enquanto aveirense.

O terceiro ponto que eu queria falar é sobre a Lota. Se vocês se lembram há bem pouco tempo eu falei sobre a Lota. E até falei que estava disponível para pagar um jantar entre o Senhor Presidente da APA e o Senhor Presidente da Câmara, lembram-se disso. Porquê? Porque na altura estava no meu entender criadas as condições óptimas para fazer. Era a altura ideal. Estava o Presidente da APA de saída, estava a Senhora Ministra de saída, era a altura ideal para se realizar. Como é óbvio aquilo é um activo para a administração do Porto de Aveiro. E não há ninguém que possa vir a dizer que se pode fazer aqui o mesmo que noutras zonas portuárias, pela razão que nem sequer é de jurisdição portuária! Na altura houve algum sarcasmo e disseram "isso já sabemos nós que há quem pague a caldeirada". Não! Tinha sido a altura ideal. Para quem sabe da estória aquilo já foi vendido à Câmara. Só que na altura a Câmara não tinha dinheiro para mandar cantar um cego. E, das prestações que tinha que fazer (que eram dez) nunca chegou a pagar a primeira. E sempre se escudou numa coisa "aquilo é da Câmara". O Senhor Presidente, tem obrigação, até porque tem agora os meios financeiros que conseguiu granjear, de fazer com que os terrenos da APA sejam adquiridos, ao preço legítimo. Muito obrigado.

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 036

"Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa e os senhores deputados municipais, o senhor presidente da câmara e os senhores vereadores.

Uma saudação especial aos órgãos autárquicos da freguesia de São Bernardo na pessoa do seu presidente da junta, Henrique Rocha Vieira e a todos aqueles que vieram hoje assistir aos trabalhos da nossa assembleia municipal.

Na sessão desta assembleia do passado dia 26 de Novembro foi aprovado o novo PDM do concelho de Aveiro, substituindo o anterior PDM que já contava com quase 25 anos e uma série de outros instrumentos de planeamento como planos de pormenor ou de urbanização

também eles já datados no tempo e desfasados do Município que somos hoje e que queremos vir a ser nas próximas décadas.

Este documento resulta de uma proposta da Câmara Municipal que foi alvo de um amplo debate com um alargado conjunto de entidades cujo parecer é obrigatório para a sua aprovação. Foi apreciado por uma comissão de acompanhamento nesta Assembleia Municipal antes de ser colocado à discussão pública e votado nos órgãos políticos do município.

De entre as alterações que o PDM traz à organização territorial de Aveiro, é particularmente importante o reconhecimento formal da área da cidade para lá (para cá, neste caso) da Estrada Nacional 109, como ainda hoje a conhecemos, tornando assim os aglomerados urbanos de Cacia, de Esgueira, Azurva, Santa Joana, São Bernardo, e Aradas parte integrante da cidade.

Os Partidos da oposição, com a excepção do PAN e dos senhores Presidentes de Junta do PS, votaram contra este plano. Pelo que é legítimo pensar que, nesse seu voto está igualmente contido o desacordo com esta alteração, formal é certo, mas que mais não é do que o reconhecimento da realidade actual e poderá potenciar vantagens em termos de desenvolvimento futuro deste aglomerados urbanos e da sua completa integração com a cidade "tradicional".

Num sistema democrático normal, este processo de revisão e elaboração de um novo PDM terminaria com a publicação em Diário da República e a sua entrada em vigor de imediato. Mas em Aveiro há quem entenda a democracia de uma outra maneira, não só não respeitando as decisões maioritárias do órgãos autárquicos democraticamente eleitos, como tentando por todas as formas, nomeadamente com processos judiciais, impedir o normal trabalho da autarquia.

E se de um cidadão qualquer podemos admitir o desconhecimento de algumas das regras democráticas, quando esse cidadão pretende, para defender um pretenso interesse particular num determinado local, bloquear todo concelho, é grave vermos Partidos políticos a apoiar esses comportamentos, através da presença dos seus dirigentes em eventos organizados por grupos de cidadãos, da cedência de suportes publicitários ou de declarações públicas em redes sociais dos seus membros a apoiar essa causa.

Vamos a caminho de 19 anos sem que o Partido Socialista em Aveiro faça parte dos órgãos que dirigem o nosso concelho. E agora assistimos não a uma oposição séria e leal, construtiva, mas sim a tentativas de boicote do trabalho do executivo que os aveirenses escolheram para dirigir os seus destinos.

E termino esta minha intervenção com uma citação de uma declaração proferida no Parlamento na semana passada aquando da discussão do Orçamento do Estado. Passo a citar: «O que se passou no dia de hoje foi a proposta de desvirtuar o Orçamento proposto pelo Governo no sentido de impedir que o país possa ser governado conforme a vontade popular expressa na urna de votos, apresentando às claras uma proposta que visa impedir a governação do país».

Foi seu autor o deputado do Partido Socialista Luís Testa! E talvez fosse bom que este senhor deputado explicasse aos seus colegas de partido de Aveiro que aquilo que ele advoga para o governo da nação, esquecendo no entanto que na discussão em apreço qualquer partido representado no Parlamento pode apresentar propostas de alteração ao Orçamento de Estado, tem que também ser aplicado ao governo autárquico. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 037

"Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, e uma saudação especial às pessoas que aqui estiveram hoje, trazendo-nos os seus testemunhos, as suas preocupações, com algumas eu partilho.

Duas questões antes de reagir à intervenção do Senhor deputado Jorge Greno. São basicamente duas perguntas. Uma é uma questão que já se arrasta desde 20/09/2018, que é só saber como é que está o processo da Zona Industrial de Taboeira? Do qual não temos noticias dos 3 milhões que ficaram deste quadro comunitário que se não se aproxima do fim, mas que está chegando.

A outra questão é uma questão de esclarecimento e de alguma perplexidade que tem a ver com a abertura de um concurso público internacional, nomeadamente para o Rossio, mesmo antes de os pareceres terem sido conhecidos!? Ou seja. O concurso foi aberto em 30 de Outubro e os pareceres recebidos, segundo este relatório da própria Câmara, a 12/11/2019. O que me parece que é uma situação que é muito pouco normal.

Terceiro ponto, que tem a ver com estas afirmações sobre a posição do PS em Aveiro. A posição do PS em Aveiro, nomeadamente no que se refere ao PDM, foi de total colaboração, na tentativa de que chegássemos a um PDM que servisse toda a gente. E como sabe, não é nenhuma prerrogativa minha, mas eu fiz parte da Comissão de acompanhamento e manifestei publicamente que o resultado do trabalho da Comissão não correspondia àquilo que que seria, penso eu, no meu caso e no caso do PS, o resultado desejável e o PDM desejável.

Por isso não há aqui nenhuma tentativa de corromper a democracia. Aliás, a democracia, a legitimidade democrática ganha-se todos os dias, não é só no dia das eleições. E, por isso, o que está a acontecer em Aveiro é porque os fenómenos de silenciamento, de falta de transparência, de falta de resposta, etc, vão machucando aquilo que é a legitimidade democrática e os resultados dos processos democráticos, nomeadamente do PDM.

E ficou muito claro e não há nada de pessoal na minha reação, qual foi a reação e as críticas feitas na Sessão em que votámos o dito PDM.

O sejam a agressividade que posta nas reações que são adversárias e são apenas adversativas, não têm nada de construtivo nos argumentos.

Para acabar, porque eu não gostava ou pelo menos eu penso que nós não podemos passar o tempo todo a discutir a questão das árvores, mas são lógicas como a que o Senhor Presidente da Câmara transmitiu, fazem com que nós oposição vejamos a cidade de maneiras diferentes. Basicamente o que o Senhor Presidente está a dizer é que os passeios a partir de hoje, como são pequenos não cabem lá as árvores, as árvores vão para outro lado. Que é como quem diz, se queres ir à sombra para a escola vai pela floresta. Ou seja, as árvores não estão nos sítios onde são precisas e não há sequer uma ideia do que são ilhas de calor, do que são o conforto térmico proporcionado pelas árvores, porque é para limpar. Porque não podemos ter ao mesmo tempo segurança viária, segurança para o peão, e árvores no espaço público."

Vogal Joaquim Simões (PS)₀₃₈ Vogal Pires da Rosa (PS)₀₃₉ Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)₀₄₀ Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)₀₄₁

Câmara Municipal

Presidente da Câmara:043

"Senhor Presidente obrigado. Eu vou fazer aquela exceção à regra de responder às questões na ordem do dia, mas em honra aos que estão hoje connosco e que não vai estar na próxima semana, porque obviamente tudo, quase tudo, tem a ver com a actividade municipal e não propriamente ao período de antes da ordem do dia. Mas em honra às pessoas que aqui estão vou deixar aqui algumas respostas.

Rui Alvarenga. Um dos problemas da Forca foi aquela concepção de prédios, prédios e espaço público quase nada. É evidente que deu um exemplo curioso. É a única via da Forca que tem uma plataforma central. Teve um pontaria bestial. Obviamente que naquele convívio muito difícil entre a árvore, o carro estacionado e a bolacha da calçada que é o cenário diário.

Mas sabe que fora das zonas parqueadas a fiscalização é da Policia de Segurança Pública. Temos um comandante novo, estamos a dar-lhe tempo, a trabalhar para ajudar a que melhor muito a performance de todos nós, naquilo que é o estacionamento ilegal, seja num sítio completamente absurdo como aquele, seja em tantos outros.

Mas há zonas urbanas em que foram prédios, prédios, prédios, na altura não havia o PAN, não havia redes sociais, estava tudo em eferreá e agora é um problema. Mas descanse que as novas urbanizações que estamos lá a fazer, só a Mercadona vai aportar duas centenas de lugares de estacionamento, etc, vai dar ula lógica diferente naquilo que é o espaço público. Mas o que está feito, feito está e não há muito mais para fazer. A não ser obviamente o combate ao estacionamento ilegal que para além estragar o espaço público é perigoso.

Ana o PART está mal como deve ter lido uma posição politica assinada por mim em nome dos 11 presidentes de câmara da região de Aveiro, porque o Governo repetiu o PART de 2019! Não me lembro como é o que o PCP votou o Orçamento de Estado, mas nesse namorico com o Partido Socialista, olhem ajudem-nos lá. Porque esse namorico a nós não ajuda nada. O PART é igual, o dinheiro é o mesmo e estamos com o mesmo problema. Já chegámos a acordo com toda a gente. Formalizámos acordos com a Área Metropolitana do Porto, com Viseu Dão e Lafões de com Coimbra, mas há um problema, não há dinheiro.

Saiba que 95% das verbas do país vai para Lisboa e para o Porto. Os lisboetas continuam a ter 25 euros por cidadão e nós continuamos a ter 1 euro e meio.

É este é o país da coesão. É o comunismo levado ao ridículo em que uns têm 24 euros do Estado e os outros cidadãos têm 1 euro e meio. Mas olhe, a luta continua. Nós continuamos a lutar por um país democrático, coeso, em que um cidadão de Trás-os-Montes, veja que ainda recebe menos que nós em Aveiro, seja tratado como cidadão de Lisboa. Porque o Governo que nos governa e o Partido Comunista, que está de namorico como foi visto no Orçamento do Estado, querem o país dos lisboetas, onde tudo se dá a Lisboa e o resto é de facto discurso e na prática política cada vez mais paisagem.

Quanto ao viaduto de Esgueira deve ter lido também o comunicado que emiti prontamente ao comunicado do Partido Comunista e prontamente, porque vocês criaram uma situação de alarme. Olhe fique com isto na sua cabeça. Se o viaduto cair só há uma entidade responsável, não é a Câmara, é as Infraestruturas de Portugal (IP). A Senhora disse aqui que a responsabilidade e a segurança é da Câmara! Não é verdade.

Se o viaduto cair há apenas uma entidade responsável, Infraestruturas de Portugal. Eu sei que é chato agora admitirem o erro, porque vocês não conseguem falar com ninguém. Eles não vos ligam nenhuma. As Infraestruturas de Portugal são uma instituição imperial em Portugal. E o Partido Comunista que já foi uma organização muito importante para a democracia, agora sendo cada vez menos, nem sequer consegue criticar as Infraestruturas de Portugal e vêm criticar a Câmara de Aveiro que não tem nada a ver com isso.

Já dei nota e a comunicação social também já deu nota, que existe uma classificação de nível I a nível V, sobre o estado das pontes e dos viadutos em Portugal. Este viaduto foi-lhe atribuído o nível III. Está no meio. E parece que tem o planeamento de desenvolvimento de uma obra para 2024. Nós confiamos nos técnicos responsáveis das infraestruturas de Portugal, confiamos neles. Nós vamos fazer a nossa obra que está tem projeto, que é a obra de requalificação do arruamento, do painel de Azulejo, da criação ali de uma ciclovia estruturante, essa é a nossa obra. Logo que acabe o projecto arrancamos com o concurso para a fazer. No restante confiamos nas infraestruturas de Portugal, na sua competência técnica, para cuidar da segurança daquela obra de arte tão importante para todos nós.

Dr. Raul Martins muito obrigado. Procurarei exercer as minhas funções como até aqui. Enfim, acrescentando valor áquilo que são as nossas frentes de trabalho, e confiamos muito neste mandato, embora com tantas coisas, tantas tensões que temos, nomeadamente nesses mundo. Quanto à sua partilha de Vergonha o texto está escrito e eu deixarei para falar no Ponto um da Ordem de trabalhos. Ainda hoje assinei um oficio de 12 páginas a responder à Inspeção-geral de Finanças por causa de uma participação anónima ao Ministério Público de um antigo funcionário da Câmara, que sabemos bem quem é. Sabemos muito bem quem é. Participação sobre o concurso de chefias que acabamos há dois anos porque o concurso demorou quase um ano. Mas é a vida. São os democratas da treta que não sabem que em democracia se ganha e se perde. E que há entidades inspectivas que nos acompanham e de facto chocou-me muito hoje ter de assinar aquele oficio. Deu umas dezenas de horas de trabalho aos nossos juristas, mas está ali um oficio que explica tudo direitinho à Inspecção-geral de Finanças.

Gostaríamos que essas pessoas assumissem na praça pública fui eu. E então aí a coisa era 0 diferente. Porque aí teriam de ir a um sítio responder porque aquilo não passa de calúnia, acusam-nos do pior que há, só que não é gente com condição. Mas nós sabemos quem é.

Em relação à antiga Lota sossegar toda a gente. Chegou um Governo novo e vamos recomeçar as reuniões e portanto vamos trabalhar, vamos negociar. Obviamente o governo está em falta connosco. Connosco todos. Porque nós Câmara e nós Assembleia tomámos uma decisão. Está tomada. E como sabem trabalhei com a Senhora Ministra Paula Vitorino e portanto sei bem que no espirito do legislador, aquele terreno está dentro da descentralização.

Agora interpretações novas, muito bem venham lá as interpretações. Mas vamos trabalhar, vamos reunir, vamos discutir. Enviem um segundo oficio ao novo Ministro em 31 de Dezembro. Eu não vou transpor para a praça pública o que deve estar a ser discutido na mesa, não era elegante. Já falei com o Senhor Ministro pelo telefone a dizer que não é correcto divulgar uma conversa com quem está a negociar e a dizer coisas. Até porque como disse o Dr. Raul Martins eu estou à vontade porque eu fiz uma proposta de compra daquela parcela de terreno. Antes mesmo de haver o decreto-lei da descentralização.

Reduzimos brutalmente a área construtiva, ah e na altura não havia PAN nem movimentos não sei do quê. Não havia. Porque aquela quantidade de construção que estava no plano do POLIS era um absurdo total. Um excesso para aquela zona. Prédios e prédios ali no meio da Ria. E portanto o estudo urbano que temos tem menos de um quarto da capacidade construtiva do PU Polis porque ali não é para prédios e alcatrão. Não é. E esta é a nossa decisão. O Polis morreu no passado dia 10 de dezembro de 2019. Foi uma luta difícil. Mas dar nota que estamos tranquilos. Surgiu um diploma legal e tomámos uma decisão na câmara e na assembleia e agora é preciso o espaço negocial. Como gente séria que somos todos nós. O Ministro o Senhor Secretário de Estado, vamos lá embora. Vamos mas é trabalhar porque de facto é preciso reunir, é preciso discutir, é preciso decidir.

Há só uma coisa que está mal. É a antiga lota se encontrar no miserável estado em que está há tantos anos, num abandono absurdo. É uma lixeira urbana no centro da nossa cidade.

Isto é a pura verdade. E nós primeiro fizemos proposta para comprar. E agora é nosso entendimento (e não é meu) que ao abrigo do decreto-lei da descentralização das áreas portuárias, aquela propriedade privada, de domínio privativo da APA deve passar para a Câmara Municipal de Aveiro.

A APA precisa de dinheiro! Peçam ao Centeno. A APA é uma empresa pública, se precisa de dinheiro peçam ao Centeno porque a Câmara de Aveiro não pode ser financiadora da APA, mas vamos lá embora negociar.

E obviamente um abraço ao Presidente Henrique, porque estivemos já a trabalhar na semana passada com a Senhora Ministra Alexandra Leitão, para a outa parte do Património do Estado que nunca mais anda, mas agora a Senhora Ministra assumiu connosco um compromisso. Acho que foi uma excelente reunião, tive oportunidade de o transmitir também por nota de imprensa, foi uma excelente reunião com a Ministra Alexandra Leitão. E lá está no pacote o nosso ex-Centro de Saúde Mental de São Bernardo e tantas outras coisas esperando que a estratégia que definimos com a Sr. Ministra traga decisões para não vermos o Património do Estado a degradar-se. Porque infelizmente é o que nós vemos. O Estado não cuida, não vende, não faz coisa nenhuma e deixa degradar. Julgo que agora a nossa ministra que é uma mulher trabalhadora, determinada ajude de uma vez por todas a acabar com este velho passivo da não gestão, não é da má, é da não gestão da ruína, que é o que nós temos.

Fernando Nogueira a zona industrial da Taboeira está em fase múltipla. Nós estamos a fazer os projectos de execução e o estudo de impacto ambiental, também já o deve ter lido nas nossas notas de imprensa. É um projecto que nos custa 190 mil euros mais IVA. Portanto é o projecto da infraestruturação da zona a ampliar e como ela superior a 10 hectares tem de ter estudo de impacto ambiental. Enraizando-a naquilo que já temos na actual zona industrial e que tem operações de requalificação.

E como sabe, pois vai lendo, mas depois vem às assembleia municipais tentando iludir as pessoas, adjudicámos a rua João Casal recentemente, meio milhão de euros; adjudicámos a rotunda da Vulcano, quatrocentos mil euros, adjudicámos a rotunda do Solar da Estátuas, quatrocentos mil, são três peças fundamentais para ancorar a zona industrial num dos eixos principais que é a EN109. Vamos lançar ainda este mês o concurso da Rua dos Ervedeiros que é uma das piores ruas do nosso município. São quase dois milhões de euros porque na verdade não é qualificar a rua. É construir uma rua de novo. E reconstruir todo o eixo que passa a rotunda do Retail Park e que vai até ao nó do Estádio, para termos um novo acesso da zona industrial da Taboeira, que será chamada área de localização empresarial Aveiro Norte, à nossa cintura de auto estradas sem ter que usar a EN109.

Portanto estamos nesta fase. Estão já lá os três milhões à nossa espera, mas temos tanta confiança nisto que temos neste investimento brutal de muito mais de três milhões de euros. Está tudo em desenvolvimento.

Quanto ao seu silenciamento iremos falar sobre isso com calma no ponto primeiro. Porque estas coisas socialistas de rezar a Deus e ao Diabo, enfim, têm que acabar.

Quanto à questão das árvores, uma coisa que eu gostava de referenciar e que tem a ver com o que foi dito. Enfim, o Partido Socialista também não gosta da Avenida Lourenço Peixinho. Olhem, nós vamos quase duplicar o número de árvores que lá estão. Mas pronto isso não interessa porque não gostam do projecto. Pronto, está esclarecido.

Outras ideias. Viram o que é que fizemos na envolvente à escola de Azurva, quando qualificámos a frente da escola de Azurva? Não tirámos árvore nenhuma. Tirámos foi o passeio da envolvente à árvore porque tínhamos espaço. E então a árvore ficou onde estava, tirámos o passeio, hoje está em terra, e o passeio passou para trás das árvores na lógica da relação com a estrada.

Não sei se já passaram na frente do cemitério Sul? Estamos em plena obra e quantas árvores foram abaixo? Vão lá contar. Quantas estamos a salvar por estarem atrofiadas na raiz com os passeios? Vão lá contar. Porquê? Porque lá há boas soluções, acabando com o velho problema de onde era que estava a estrada e onde estava o estacionamento automóvel. Ou por exemplo o que irão ver quando fecharmos a qualificação da Avenida Sá Carneiro. Vamos lá mudar as árvores? Não. Vamos retirar o passeio de lá porque temos espaço exactamente a nascente da estrada para termos um passeio novo, largo, e mantermos a linha das árvores existentes. Esta é a lógica racional, objectiva e adequada para cada sítio e que nos faz trabalhar desta maneira. E Simões, com um trabalho muito intenso de gestão de defesa da floresta contra incêndios, que faz a nossa equipa da protecção civil, liderada pelo nosso vereador Jorge Ratola, para baixarmos muito o risco de voltarmos a ter um incendio com proporção grande ou pequena, daquele que foi aquele que tivemos em Outubro de 2017.

Quanto à redução do Vouga, muito obrigado ao Casimiro Calafate depois falaremos com calma sobre isso no ponto primeiro. Nós tivemos muitos danos nas inundações de Dezembro. Muitos danos. São de competência nossa. O que nos amedrontou mais foi a queda do muro de suporte junto das nossas habitações sociais em Carcavelos. Não sei se já lá passaram e sabem onde é Carcavelos, mas desse e outros estamos a tratar porque é nossa responsabilidade. Mas no que respeita a áreas da responsabilidade da Agencia Portuguesa do Ambiente temos de facto danos graves nas margens do Vouga em Eixo. Causando dano na obra que tinha recentemente sido feita pela CIRA e arranjando novas necessidades de intervenção. E menos falado, mas muito mais grave, é o que se passa no Rio Novo do Príncipe. Nomeadamente na sua margem Sul. De facto, só indo lá a pé porque de carro não dá para passar é que se percebe bem. Mas aquilo não é tudo Câmara de Aveiro. É Ministério do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente. Os portugueses pagam impostos como nunca pagaram na vida. São 80mil milhões de euros que se pagou de impostos no ano passado. Onde é que anda o dinheiro?

Dizem que não há dinheiro? Há dinheiro, há. Esturram-no é noutras coisas. É preciso investir nestas áreas, mas estes governantes de paleio, de discurso, não nos serve. Nós precisamos de obra. O Manuel Prior ainda agora falou da ligação São Jacinto Torreira. Estada nacional. Já caiu um bocadinho, depois mais um bocadinho e há-de cair ainda mais. Disponibilidade política total, mas nos serve, porque é preciso fazer um projecto em condições e é preciso dinheiro. É necessário pegar no bolo e afectar uma fatia àquele objectivo. É isto que nós temos que fazer em tantas áreas da responsabilidade da administração pública central, da responsabilidade do governo do país. Estamos cá para ajudar. Como já ajudámos. Quem é que qualificou a João Afonso ou a Jaime Magalhães Lima? São edifícios do Ministério da Educação mas nós assumimos essa responsabilidade por contrato. Estamos disponíveis para ajudar em tudo. Mas é preciso governo. Nesta fase e até ao final de fevereiro estamos a dar toda a informação, todo o tempo, a pedir reuniões, a apresentar relatórios, tudo. A partir de Março obviamente começaremos a trabalhar seguramente na praça pública, na nossa dialéctica, aquelas que são as nossas questões de solução como não poderia deixar de ser. E muitas delas têm muitos anos de passivo. Apenas o tempo a única coisa que faz é aumentar o passivo. O tempo nunca resolveu nada nestas coisas das infraestruturas, estradas, margens de rios, o passar do tempo só estraga mais. E de vez em quando é preciso investir e é preciso qualificar para que tenhamos a qualidade reposta e melhorada obviamente. Nos patamares que nós fixamos.

No baixo Vouga lagunar é uma daquelas que assumimos, nós comunidade intermunicipal da região de Aveiro, têm sido muito difícil obter as licenças ambientais, já chegou a licença de impacto ambiental renovada, com as obrigações que nos arranjaram dá para ai mais meio milhão de euros de custos, mas nós vamos assumi-los para seguir a obra logo que o caudal

do rio baixe substancialmente. Talvez para Maio podemos arrancar com a ponte açude do Rio Novo do Príncipe, sabendo que há ali a outra parte do baixo Vouga lagunar, mas temos o projecto praticamente terminado, estamos a meio do novo estudo de impacto ambiental. Obrigaram a fazer novo estudo de impacto ambiental embora já tivéssemos feito um, para executarmos as verbas que temos contratadas com as autoridades dos fundos comunitário POSUR e o PDR2020.

Terminando. Deixar esta nota. Nas delegações de competências da descentralização está tudo parado basicamente. Está terminada a volta da Senhora Ministra Alexandra Leitão que entendeu reunir com todos os autarcas (e eu acho que fez muito bem) do continente. A descentralização da Madeira e dos Açores são diferentes. Portanto reuniu com todas as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas. A nossa foi uma excelente reunião. Ela ficou de fazer o seu trabalho com os colegas de governo. Tem seguramente tudo identificado aquilo que é a inércia da descentralização que é hoje o grande problema, para que de facto coloque o governo e a administração central a trabalhar para que as coisas aconteçam. Da nossa parte dizer que foi uma excelente reunião. Portanto é nessa lógica de esperança, mas de trabalho de equipa à séria. Ai está também a estrada Aveiro/Águeda. Aguardamos a reunião que já está marcada, vamos tê-la, seguramente será uma boa reunião para sabermos das coisas. Sabendo que da parte da Câmara de Aveiro a decisão que tomámos está tomada. O Senhor Ministro veio com uma proposta boa, oxalá que sim, estamos cá para ser equipa e para trabalharmos todos juntos. Eu o que tenho dito aos parceiros é chega de conversa e se há dossier que tem colherada de tantos governos, de tanta conversa, em mais de 30 anos, é exactamente este.

A Câmara de Aveiro tomou uma decisão. Os primeiros 8 quilómetros com governo ou sem governo, com fundos comunitários ou sem fundos comunitários, vamos projectar e vamos construir. Gostava muito que a proposta do Senhor Ministro venha a ser uma boa proposta, logo que a conheça a avaliarei. Neste momento só posso ter esperança e tenho. Obviamente para termos uma operação de equipa que possa construir essa infraestrutura tão importante para a nossa região. Muito obrigado."

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 01NOV19 a 07FEV20.

(O texto da <u>Informação Escrita</u> do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara₀₄₂ para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:045

"Senhor Presidente muito obrigado. Gostava de referenciar, como sempre faço neste período de antes da ordem do dia, na apresentação da informação municipal, realçar alguns aspectos que obviamente estão no documento disponível para todos para que possam colocar todas as questões que entendam colocar neste ponto. Em primeiro lugar no seguimento da posição que tomámos da Carta Aberta, contra este processo crescente, que o mês de Janeiro teve de facto uma concentração de nunca vista. Nem no município de Aveiro nem na minha vida de presidente de Câmara, de judicialização (uso esta expressão posso usar tantas outras) da política em Aveiro.

Os Tribunais existem e o Estado de Direito Democrático também existe para ser usado, como é evidente. Isso não está em causa.

Mas a democracia também existe. E nós somos autarcas eleitos pelos nossos cidadãos, temos que proteger a democracia. E na democracia é preciso saber ganhar e saber perder. E todos nós já vivemos a vitória e já vivemos a derrota e assim há-de ser na nossa vida de democratas, enquanto a exercitarmos de uma forma mais activa.

Aquilo que nós quisemos deixar como protesto são expedientes que têm objetivo envolvimento de "democratas" da nossa oposição que, perdidos na democracia, judicializam os debates políticos. Isto dá-nos muito trabalho, porque, obviamente, estes processos têm prazos, têm complexidades que é preciso obviamente trabalhar, têm definições de estratégia política técnica-legal, para podermos obviamente responder bem, com qualidade, olhando aos próximos passos, porque este tipo de processos sempre têm próximos passos ou pelo menos potencialmente podem ter e, portanto, aquilo que eu quis com essa Carta foi além de um protesto público contra essa atitude política que considero lamentável, garantir a todos os cidadãos que não nos distraem daquilo que é o essencial. Trabalhar em todas as frentes da nossa gestão, nas obras, na cultura, no desporto, na educação, etc. Não nos vão distrair para nós cumprirmos o compromisso que assumimos com os cidadãos, como temos vindo a cumprir e continuarmos a desenvolver o município em cada um dos seus 4 cantos como temos vindo a fazer. Mesmo sabendo que agora há uma parte das horas do nosso dia, da nossa semana, que tem que estar a ser trabalhado para gerirmos esta frente no dia-a-dia.

Ainda hoje tive de ler e assinar a última versão (teve várias) de um oficio à IGF a responder a uma absurda, completamente absurda tentativa de impugnação do concurso de chefias que, como disse há pouco, que já começou há perto de 3 anos. E, portanto, só eu hoje perdi, perdi não, investi para ai meia hora, porque é um oficio longo, difícil ler, com muito enquadramento jurídico e politico também.

Mas dar esta garantia. Estamos atentos e a trabalhar com a qualidade máxima essa frente com a nossa equipa de juristas e de técnicos. Obviamente são situações muito desagradáveis. No fundo são todas as chefias que são postas em causa. É compreensível, a titularidade desta acção é compreensível nos seus traumas, mas é complicado. Mas com todo o gosto abordei esta questão na última reunião de chefias, dando uma nota de tranquilidade, de confiança e de determinação em explicarmos bem o que fizemos de bem, de forma a manter a sua validade neste tempo que temos pela frente e na sua vigência.

Uma segunda nota é para o trabalho que estamos a fazer, liderado pelo Centro Hospitalar do Baixo Vouga, pela sua Presidente do Conselho de Administração Dr.ª Margarida da França, pela nossa Universidade de Aveiro, no seu Reitor Paulo Jorge Ferreira e, por mim mesmo, no quadro do trabalho de requalificação e ampliação do Hospital Infante Dom Pedro enquadrado no Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Tivemos que tomar uma posição pública subscrita pelos três para deixar claro que Aveiro tem esta prioridade absoluta. É uma urgência do município e da Região de Aveiro, chega de andarmos a correr para Coimbra e para o Porto para tratar de questões menores da nossa Saúde. Esta é uma emergência absoluta no quadro que definimos no quadro dos investimentos para o próximo quadro de Fundos Comunitários que se vai chamando Portugal 20/30.

Outra nota que eu gostava de referenciar tem a ver com este trabalho na área da Cultura, da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura. De todas as frentes que o processo tem de per si e também dos vários episódios de programação cultural, de crescimento, de fortalecimento da nossa rede cultural, que tem corrido muito bem e na qual estamos muito empenhados. E nós não pertencemos ao grupo dos que estão a puxar a camisa ao Governo para pedir ajuda. Nós achamos que nesta fase é cada município que tem que fazer o seu trabalho e nós estamos a fazer o nosso trabalho, com grande determinação, com grande empenho. Sabendo que esta é uma grande oportunidade que estamos a aproveitar de um

fortalecimento da nossa rede cultural, de capacitação da nossa rede e da nossa programação cultural e, também, de internacionalização a pretexto desse episódio de darmos a conhecer, de tronarmos mais conhecida a nossa cultura e a nossa terra, também como mecanismo de criação do maior atratividade e de sustentabilidade do crescimento turístico que vamos fazendo.

Terminava com a nota do concurso do ferryboat elétrico que lançámos. Está em desenvolvimento, ainda ontem estivemos a trabalhar com o PO SEUR preparando a aprovação da candidatura, as escrituras são para apresentar até ao final do presente mês de fevereiro, neste episódio de um grande investimento que obviamente queremos realizar no quadro deste nosso contributo para a descarbonização. Mas também como instrumento de melhorar a qualidade da operação de transportes públicos que temos no nosso município e melhor também a sua notoriedade pelo caráter inovador que o ferry eléctrico vai ter. Obviamente esperando que o concurso corra bem. Sabemos bem o que vamos padecendo em tantos concursos, também numa fase em que as Câmaras Municipais em Portugal estão a lançar muitas operações, mas pronto, essa é uma operação diferente, muito especial, em relação à qual temos um grande empenho e esperamos obviamente que corra bem na fase em que vamos passar daqui a pouco tempo que é na análise das propostas e escolher a que tiver melhores condições, no quadro dos critérios que estão definidos no próprio o concurso, para podermos dar mais este passo no trabalho que estamos a realizar.

Portanto são estes, Senhor Presidente e caros colegas, alguns dos aspetos que eu queria destacar nesta intervenção de abertura deste nosso ponto. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 047

"Obrigado Senhor Presidente. Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, eu queria aqui fazer uma ressalva. Eu não percebi bem a Carta Aberta! Porque não está lá especificamente quem foram, enfim fala-se sim em alguma nulidade política, presumo que tenha sido em relação aos partidos políticos aqui representados, mas eu fiquei sem perceber, porque não foi específico e não sei muito bem a que processos que estão ali enunciados. Tenho conhecimento de processos instruídos por Associação, por Associações e por pessoas individualmente. Partidos não tenho conhecimento. Portanto, gostaria que me esclarecesse um bocadinho mais sobre essa matéria.

Em relação ao PAN a única queixa que fizemos foi à LPDA como sabe por falta de resposta do Senhor Presidente. Foi uma matéria que nós questionámos em sede da Assembleia Municipal, aliás mais do que uma vez, vossa excelência não respondeu e nós, obviamente, fomos à procura desse teor democrático que ainda agora explanou e bem. Porque nós também fomos eleitos e temos obviamente direito às respostas que lhe solicitamos, V. Exa tem o direito de não querer dá-las, mas nós também temos o direito de as obter nas instâncias devidas.

O pedido de esclarecimento nunca em momento algum foi uma acusação. Nunca. Foi um pedido de esclarecimento que não foi satisfeito por V. Exa e obviamente que nós não tivemos outro modo que não fazer queixa. Aliás, há outra, que já dura há um ano, não sei se se perdeu na secretária do Senhor Presidente da Assembleia Municipal ou na sua, mas um outro questionamento que foi feito no âmbito das matilhas de São Jacinto que ainda não nos foi devidamente respondido.

Portanto, nós até estamos a ser muito benevolentes em relação à inabilidade que o executivo tem para responder às perguntas que lhe são colocadas.

Em relação a estas queixas por parte da Associação ASPEA, também as respostas que vimos foi através da imprensa. E na verdade há sempre aquela resposta política de dizer que essas pessoas são pessoas mal-intencionadas e que nós é que somos os democratas, há sempre essa análise política da sua parte, mas de facto falta uma resposta mais técnica no sentido de nos assegurara que os procedimentos foram bem feitos, tudo foi de acordo com a lei, foi tudo muito bem comunicado, portanto, essa garantia também na verdade não nos é dada quando vossa excelência responde. Porque é fácil dizer, vocês são todos mal-intencionados, a população é toda mal-intencionada, as associações são todas mal-intencionadas, os partidos políticos são todos mal intencionados, e nós é que somos democratas. Responder assim é fácil. Qualquer um de nós faz isso. Aqui faltou-nos a resposta mas técnica que Vossa Excelência a obrigação de dar, obviamente.

Mas passemos para as coisas positivas. Nós, PAN, sentimos aqui uma proximidade com o projeto BUGA. Mas com a reserva de que esta utilização paga, nos deixa aqui alguma, enfim, não entendemos muito bem como é que vai fazer a gratuitidade duma parte do projecto e esta outra, sabendo nós que esta outra que neste momento vigora, tem momentos em que o projeto está parado, as bicicletas estão paradas. E há aqui uma associação entre a melhoria e a segurança nos trajectos, mas há já aqui uma salvaguarda do Senhor Presidente a dizer que não vai encher a cidade de ciclovias. Portanto dizer que gostamos do projecto, mas temos aqui alguma reserva, em saber como é que os dois vão conviver.

O ferryboat elétrico é positivo. Queremos cumprimentar o executivo por atingir esse objetivo.

Aveiro reforça a recolha seletiva com 131 novos ecopontos. Parece uma boa medida. Mas aproveito isto para que esclareça se conseguir, em relação àquele projeto do Life Payt, do célebre contentor, que estamos sem saber. Eu ouço as notícias, leio, mas ainda não percebi a lógica de se fazer um teste daquela forma, tecnicamente parece-me uma coisa muito incipiente e eu não sei como é que as coisas vão evoluir, gostaria que me esclarece sobre isso.

A conexão Hi-fi na cidade parece muito positivo. Talvez agora possamos reabilitar aquela ideia de transmitir as Assembleias diretamente e, portanto, vamos voltar a essa proposta porque de facto Aveiro está com condições absolutamente extraordinários.

A recuperação de habitações sociais nas habitações de Quintãs e Eirol, parece-me muito positivo. Sem dúvida.

Em relação aos apoios associativos, nós concordamos. Somos a favor do apoio associativo. Mas o que nos falta às vezes perceber é determinados critérios, porque há ali muitos apoios à atividade regular, mas há ali também muito apoio ao investimento.

Isto é feito com que equipa? Como é que se processa? Como é que se avalia depois se as associações fizeram e utilizaram de forma regular o dinheiro que lhes foi facultado e como é que fazem esse acompanhamento, se é anual, se é trimestral, como é que fazem esse acompanhamento. E aproveito para falar do protocolo de colaboração com a Associação Musical das Beiras, mas particularmente com o seu braço artístico, a Filarmonia das Beiras. Ela era uma orquestra regional, deixo de ser uma orquestra regional, ela ainda é apoiada em função do seu projeto regional, ela tinha várias componentes, a questão da itinerância, a questão de levar a música a sítios onde normalmente ela não chega, havia a parte formativa também muito interessante, mas hoje em dia ninguém percebe muito bem o que é o projecto.

E a Câmara Municipal fazia parte da Associação. E agora não se sabe muito bem se Associação tem reunido, se o Vereador da Cultura tem participado nas Assembleias, não se sabe muito bem de facto para onde o projecto vai evoluir. Sabemos que há 50 mil euros, presumo que seja para darem uns concertos anuais, mas depois não sabemos muito mais sobre a condução deste projeto. E para já era o que se me oferecia dizer. Obrigado."

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 048

"Muito obrigado Senhor Presidente. Primeiro que e já que não houve direito a resposta anteriormente, só que lembrar que desde 1997 o PCP tem vindo a propor o programa PART, que foi chumbado, e que só foi concretizado à bem pouco tempo . E que uma série de propostas que viriam melhorar a questão da mobilidade foram rejeitadas, inclusivamente. E a maior parte das vezes pelo PSD.

E já agora, em relação ao Viaduto de Esgueira, foi dito aqui com todas as palavras que a responsabilidade é das Infraestruturas de Portugal, mas a que a Câmara tem a responsabilidade de pressionar quem de direito. Portanto dizer que o PCP disse outra coisa de facto não faz disso verdade.

Em relação às questões que aqui trazemos, primeiro que tudo falar acerca dos transportes. Há uma série de queixas relativamente aos horários, às carreiras, nomeadamente o facto de não haver transporte para o Hospital após as 22 horas. Ou seja uma coisa que leva naturalmente os utentes, mas também leva os trabalhadores deste Hospital, e que dentro do que são as possibilidades de negociação da Câmara com a Empresa, que de facto houvesse uma solução que pudesse pôr cobro a este problema.

Outro problema sentido também pela população é a questão da existência de parquímetros em zonas onde existem serviços públicos. Nomeadamente o parquímetro que serve o parque do hospital e a Universidade de Aveiro,. Quem utiliza esse parque são os utentes do hospital e os trabalhadores do hospital e os trabalhadores e os estudantes da Universidade de Aveiro. Razão pelo que não faz sentido cobrar nesse local bem como na Forca que tem Loja do Cidadão e uma série de outros serviços à volta e que obriga então os munícipes a pagar para aceder a esses serviços e não qualquer taxa por Turismo ou algo do género.

A recolha de resíduos. Neste concelho, principalmente deste que a reco9lha foi concessionada, à VEOLIA têm sofrido um decréscimo na sua qualidade, principalmente nas freguesias periféricas, onde a sua recolha não é tão periódica como anteriormente, resultando em situações constrangedoras para os utilizadores, para os munícipes, e que importa monitorizar no sentido de as conseguir resolver de forma célere.

Outro dos assuntos que trazemos cá é relativamente à zona do Alboi e à baixa de Santo António cuja eliminação é bastante deficitária. Apaga muitas, muitas vezes, causando um problema de segurança bastante grave, sendo que aquela zona tem também outros problemas de limpeza, problemas também na estrada, há ali alguns acidentes com alguma regularidade naquela travessia, ainda recentemente aconteceu lá um, porque o desnível da estrada não está devidamente sinalizado e importa conseguir dar resposta a estes problemas que as pessoas que ali vivem sentem e que, quem quer visitar o parque, que é tão bonito e merecia estar muito dignificado, que possam ter as condições necessárias para isso. Disse."

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 049

"Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais saudar todos os presentes. Neste momento o problema social mais agudo em Aveiro é, sem dúvida, a habitação.

E a reabilitação dos fogos sociais e a sua entrega é e sempre foi, uma reivindicação do Bloco de Esquerda. E é uma reivindicação antiga. E, portanto, nós saudamos este empenho do executivo em fazer a reabilitação e em ter entregue aquelas casas a quem de direito.

No entanto nós não podemos deixar de questionar como é que foi possível durante tantos anos que tenha existido apartamentos ou fogos sociais, cuja competência é da Câmara

Municipal, e que estes fogos sociais tivessem sido abandonados durante tanto tempo ao ponto de ameaçarem as próprias condições de habitabilidade desses mesmos fogos.

Isto obviamente é inaceitável especialmente tendo em conta o problema social que representa hoje em dia a habitação em Portugal e particularmente aqui no município de Aveiro.

Depois quando nós olhamos para os valores estão enunciados nos documentos, percebemos que a recuperação custou cerca de 8 mil euros por habitação no seu a todo. E, portanto, como é que é possível, tendo em conta um valor tão baixo, que estas obras tenham demorado tanto tempo.

E depois temos também o problema que a própria Câmara Municipal identificou e comunicou ao IRHU das cerca 227 famílias que necessitam de uma solução, de uma resposta para o problema que têm de habitação. Este foi o número que a própria Câmara Municipal identificou e comunicou ao IRHU e, portanto, nós queremos saber o que é que tem sido feito sobre os problemas de habitação destas pessoas em concreto. E se existe uma previsão para este problema, relembrando obviamente que quando o Bloco de Esquerda apresentou uma Moção nesta Assembleia, precisamente para se interceder com o IRHU a bancada do PSD e a bancada do CDS votaram contra essa essa Moção.

Adicionando mais tópico nesta questão da Habitação que se prende com o programa do 1º Direito.

No ano passado a Câmara Municipal recusou e inclusive chumbou uma proposta do Bloco, que tinha como âmbito, precisamente, que a Câmara Municipal se candidatasse a esse programa, e na altura a Câmara Municipal alegou, e o Executivo, que a verba atribuída este programa era poucochinho e que não valia a pena.

A verba no ano passado eram cerca de 40 milhões e na totalidade as Câmaras Municipais de Portugal usaram apenas 10 milhões. Ou seja sobrou bastante dinheiro. E a Câmara mesmo assim não fez o suficiente e, aliás, recusou a aderir a esse programa mesmo na situação em que havia verbas devido mínima execução desse programa.

E portanto coloca-se outra pergunta. Segundo o Orçamento de Estado para este ano a verba vai aumentar e nós queremos saber se a Câmara Municipal pretende vir a concorrer ao programa 1º Direito, tendo em conta que é a própria Câmara Municipal que identifica as 227 famílias no concelho, aqui no município de Aveiro, necessitam e têm uma necessidade absolutamente urgente de uma resposta.

Depois, obviamente nós não podemos deixar de fazer um ponto sobre a Carta Aberta que é apresentada e que foi publicada pelo Executivo. Mas a leitura que nós fazemos deste processo é inversa. O que nós assistimos é uma politização de questões para resolver nos tribunais. É a Câmara Municipal que traz para a discussão pública processos que se têm que ser discutidos em Tribunal.

E portanto o que nós vemos aqui é a Câmara Municipal a usar um expediente, neste caso uma Carta, um instrumento político, para continuar, para prosseguir, aquilo que tem sido a sua resposta até agora, que é criar factos e criar casos para que não se discutam os problemas relevantes dos munícipes.

E, portanto, O Bloco de Esquerda não se revê nesta forma de fazer política. Nós não nos revemos na exclusão de quem pensa diferente, de quem defende programas alternativos para a vida dos munícipes e, portanto, nós não podíamos estar em maior desacordo em relação a esta linha política da Câmara Municipal. Disse."

Vogal Júlia Correia (BE)₀₅₀

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 051

"Muito obrigado Senhor Presidente. Como ponto prévio à minha intervenção e em resposta ao deputado João Moniz, que o sentido de voto que o CDS tem tomado em relação às moções que o Bloco normalmente traz dizer que, o Bloco tem toda a liberdade de trazer as moções, mas nós temos toda a liberdade de votar como entendermos as moções que o Bloco aqui traz.

E se o Bloco entender um bocadinho como estas coisas funcionam, se retirar a carga ideológica patética que normalmente anexa às suas moções e se focar nas suas propostas provavelmente haja proposta que tenham bom senso e até poderia passar. Mas nós não votamos propostas com aquela carga ideológica. Ponto final.

Portanto depende só da maneira como os senhores apresentam as propostas, nós poderemos ou não mudar o nosso voto.

Relativamente a este ponto. O documento que a Câmara Municipal nos apresenta tem uma vez mais um conjunto de actividade municipal importante, pleno de eventos, actividades, adjudicações, reabilitações e obras novas. Na saúde, na educação, na habitação social, nas estruturas viárias, na cultura, portanto o concelho está vivo, as obras desenvolvem-se, há actividade.

Queria no entanto focar um ponto que por ser muito recente não vem ainda nesta informação da actividade e que é o inicio da construção do novo pavilhão municipal, que tanta falta faz, e que, juntamente com o complexo de treinos do EMA e as instalações de AFA irão finalmente dar vida ao Parque Desportivo de Aveiro. Parece-nos que esta é também a altura para a Câmara, conjuntamente com a AveiroBus, preparar a alteração aos trajectos das linhas de autocarros que passam junto ao Estádio, de modo a que, logo que as primeiras obras estejam terminadas e os campos em funcionamento, os autocarros do final da tarde possam fazer desvios de modo a poderem poder levar os atletas que estudam nas escolas no centro de Aveiro para os seus treinos naqueles complexos.

Aproveitando o facto de ter falado em instalações desportivas, apresentamos à Câmara uma proposta, para ser integrada no orçamento para 2021, e que é a instalação em todos os pavilhões desportivos das escolas do concelho, de um desfibrilhador.

Julgamos que se trata de um equipamento que todos desejamos que nunca seja necessário usar, mas que caso isso não aconteça, a sua existência possa ser suficiente para salvar uma vida.

E que também, no âmbito do contrato com as Associações para o próximo ano, neste caso associações desportivas, possa ser considerada uma verba especial para que as associações desportivas possam vir a dispor destes equipamentos nas suas instalações privadas.

Um outro assunto para o qual chamo à atenção da Câmara é o problema da falta de iluminação em algumas das ruas da cidade. Nomeadamente a Rua Manuel Firmino, Rua Comandante Rocha e Cunha e Rua Castro Matoso, entre outras certamente, são casos em que a iluminação pública estava aplicada directamente na fachada dos edifícios que foram demolidos e que não foi substituída com as novas construções, causando que há zonas onde faltam dois ou três candeeiros.

Quanto ao documento propriamente dito salientamos os seguintes aspectos:

A abertura do concurso público para a construção do novo ferry, que, uma vez em funcionamento resolverá de uma forma definitiva todos os problemas que o actual barco demonstra ter, fruto da sua provecta idade (já era obsoleto quando foi adquirido), e também a opção corajosa pela motorização eléctrica, com a consequente redução de emissões de CO2.

Salientamos também o ressurgimento da Agrovouga no calendário de feiras municipais, com um novo conceito e roupagem, mas que irá certamente fazer o seu caminho de sucesso, que sabemos demora sempre alguns anos.

Aveiro também sido escolhido para a realização de diferentes Congressos de âmbito nacional, como foi o caso do Congresso da Canoagem e o do CDS, que não vem na Comunicação mas que traz também gente ao concelho. E também aquele que irá decorrer da APAVT, e que contribuem para a promoção do nosso município neste canal de venda.

São eventos trazem a Aveiro centenas de visitantes que aqui utilizam os nossos hotéis e restaurantes, que aqui fazem despesa e portanto é bom para a promoção da cidade e é bom para as entidades económicas aqui existentes. Esperamos que continuem a haver e que num prazo médio possamos ter o Centro de Congressos com todas as suas valências, porque assim que acontecer teremos capacidade de trazer ainda outro tipo de congressos para eventos e reuniões.

Salientamos também como já foi referido, o aumento significativo dos pontos de recolha selectiva de resíduos urbanos e também de uma nova rede de oleões, evitando assim a situação anteriormente vivida em que os resíduos apesar de separados, acabavam por ser colocados no sistema de RSU devida à ineficiente rede de ecopontos. Ainda vamos vendo pois é uma questão cultural, mas é incompreensível porque eles estão uns ao lado dos outros. Mas enfim, eu julgo que isto irá melhorar com o tempo.

Finalmente, em relação à toponímia, alerto para umas situação que eu acho que não faz muito sentido. Na União de Freguesias da Glória e Vera-Cruz, designadamente na freguesia da Glória, o topónimo Dr. Francisco Vale Guimarães está atribuído em duplicado. Está atribuído à rua sem saída, vulgarmente conhecida como praceta, que inicia na rua Castro Matoso, onde é usado desde os anos 70 do século passado, e também avenida que liga o pavilhão do Galitos ao Parque de Feiras que também tem atribuído o nome de Francisco Vale Guimarães. Na nossa opinião não faz sentido. E pensamos que não é difícil nesta avenida que apenas tem o pavilhão do galitos e uma bomba de gasolina, possa ser atribuído um outro topónimo porque não irá causar constrangimentos ao nível d a distribuição postal. Portanto não me parece que faça sentido na mesma freguesia ter duas ruas com o mesmo topónimo. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 052

"Obrigado Senhor Presidente. Só fazer um comentário muito breve, e que tem muito a ver com o que aqui foi refletido sobre a política e a justiça e a qualidade da democracia. Porque o que a gente ouve, é uma coisa que não acrescenta nada à democracia. E que depois tem consequências. Vejam o que já ouvi aqui hoje foi "democratas da treta" "carga ideológica pateta" e "fazer perguntas só para vir para aqui fazer número". Depois não respondem às perguntas e depois admiram-se que a gente use os mecanismos normais numa democracia de direito, com coisas destas. Isto é que é uma treta. Isto é que não é a qualidade da democracia. É atacar a pessoa que emite uma opinião ou que faz uma pergunta, não responder à pergunta, e depois dizer "sou um grande democrata". Por isso isto é uma indignação é um processo estranho de fazer política. Isto não contribui em nada para a melhoria da democracia em Aveiro."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 053

"Já agora deixar a nota do que queria dizer à bocadinho. Cerca 80% dos fogos em Portugal no ano passado consumiram 80% da capacidade que o país teve de regenerar oxigénio. Ou seja, podemos andar à procura da poluição, etc, e podemos andar sempre nesse sentido, nessa perspetiva de diminuir a poluição para a atmosfera.

Mas o que é certo é que se resolvêssemos o problema dos fogos em Portugal com a diminuição teríamos já um grande contributo para a melhoria ambiental. Isto é para Portugal e no Mundo. O impacto dos incêndios na Austrália ainda está para ver as consequências sobre isto. Era só esta nota.

Regressando ao tema. O Senhor Presidente faz aqui um protesto político. Enfim, uma declaração política em ralação ao que entende ser a judicialização da política. Está no seu direito. Depois discute-se se deveria pôr isso na Comunicação ou não, mas já ultrapassei essa discussão, e não discuto o conteúdo e nem a perspectiva democrática que o Senhor Presidente possa dizer disso.

O que eu não aceito é que possa vir para aqui levantar o labelo dizendo ou insinuando que foi o PS que está a promover as ações etc. Porque se quer dizer isso vai ter de dizer aqui quem são os membros do Partido Socialista, quem são os membros desta Assembleia Municipal, quem são os dirigentes do Partido Socialista, se é a concelhia, se é o secretariado, se sou eu próprio, quem é!?

E eu devo dizer-lhe o seguinte. Quando se metem ações judiciais sem sentido, como o Senhor Presidente alega (se calhar até tem razão) isso tem o reverso da medalha. Compreendo que não exista isso em relação ao caso que enumerou de uma denúncia para o IGF por ser anónima. Mas isso, oh Senhor Presidente lá calha. Eu sou contra isso. Contra a denúncia anónima, etc e, portanto, eu sempre que lhe quis dizer alguma coisa digo-o aqui e tenho este palco privilegiado para lho dizer.

E já agora (isto não é uma declaração) eu não fui. Isto é uma declaração negativa, mas não vou pôr todos os militantes do Partido Socialista de Aveiro a fazer esta declaração.

Senhor Presidente das duas, uma. Se quer dizer, se tem alguém em concreto, ou se quer dizer que o PS anda numa estratégia para criar ações judiciais no sentido de entorpecer e de contornar o que foi uma vitória democrática do Senhor Presidente, para mim o assunto está arrumado.

Sou-lhe sincero. Fui contra a obra do Rossio e continuo a ser, mas ela foi aprovada democraticamente em todos os lugares. Acho que é um erro, continuo a achar, continuarei sempre a dizer isso, mas cá estamos com isso.

Agora o Senhor Presidente não pode levantar esse labelo. Lamento, mas não pode. Queria deixar isso aqui."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 054

"Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez temos um brilhante relatório de atividades de uma câmara que trabalha e que trabalha em prol dos aveirenses. Mas não é isso que me faz aqui hoje vir, nem é isso que me faz hoje falar.

Hoje o que faço questão de manifestar é o que fiz questão de manifestar em privado ao Senhor Presidente no momento em que li a carta aberta da judicialização da política. Manifestar a minha total solidariedade ao Senhor Presidente da Câmara pela Carta. E a solidariedade enquanto advogada, enquanto autarca, enquanto presidente de junta, enquanto eleita local. Porque vivemos num Estado de Direito Democrático. Mas subitamente ser eleito local em certos casos quase que é um crime.

Porque vimos a ter de responder a coisas que muitas vezes são infundadas, mas efetivamente o Senhor Presidente tem razão, perde meia-hora, como perdeu hoje, quando poderia estar a trabalhar em prol dos aveirenses. Esteve a investir tempo, mas efetivamente esteve a investir tempo que se calhar era desnecessário. Porquê? Porque nem sempre (e meu caro colega aqui deputado e também colega de profissão), nem sempre as queixas são identificadas. Muitas vezes é trabalhos de queixas anónimas que se fazem e as queixas anónimas têm na mesma que ser investigadas e, portanto, a Câmara, os funcionários, os chefes de gabinetes, os Senhores vereadores, senhores presidentes de junta, todos os eleitos, terão de perder tempo, terão que responder, e nisto perdem-se dias, perdem-se semanas de trabalho. E sim Direito Democrático e haja sim responsabilidade, mas haja também aqui respeito por quem trabalha e respeito sobretudo feito sobre homens e mulheres livres, que se candidataram e que foram escolhidos pelo povo. E foram escolhidos pelo Povo democraticamente para trabalhar e para fazer o seu melhor. E de repente, surgem um chorrilho (perdoem-me a expressão) de queixas, de processos processo, processos que a maioria deles não tem taxa de justiça. E portanto é fácil mover um processo quando não se paga taxa de justiça. Isto foi feito democraticamente mas vamos mover um processo - e com isto a Câmara pára não sei quanto tempo.

Portanto eu não podia, por imperativo de consciência, quer enquanto profissional de foro, enquanto advogada, quer enquanto eleita local, deixar de vir aqui manifestar a minha profunda solidariedade ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos senhores chefes de gabinetes, a todos os visados nestes processos. E perdoem-me a expressão mas, "à justiça o que é da justiça, à política o que é da política e à chincana política o que é da chincana política". Disse."

Vogal Victor Marques (PPD/PSD)₀₅₅

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)056

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:057

"Boa noite. Senhor Presidente, o cumprimento todos. Este documento da atividade municipal, nós corremos aqui o risco de ser repetitivos não é. Cada vez que nos vimos pronunciar sobre este momento é uma avalanche de obras, de ações materiais e imateriais, mas que demonstram claramente que o município de Aveiro está com uma dinâmica e um crescimento acentuado o que é muito bom, desde logo a recuperar destes atrasos imensos ao nível de infraestruturas, que tivemos nos anos em que houve uma estagnação ao nível de investimentos no município.

Eu gostava de nesta catadupa de ações e de obras e de projetos que foram lançados realçar dois aspetos. Um pela via negativa e um em termos de aspetos muito positivos. E vou começar pelo negativo que é exactamente o ponto da judicialização da política.

Eu apraz-me dizer que, de facto, há aqui lições de democracia que acho que não estão apreendidas da forma correta porque toda a gente. E hoje já ouvimos aqui manifestações de algumas pessoas quase ofendidas com o que foi a posição da Carta Aberta do Presidente da Câmara, e eu tenho muita dificuldade em compreender isso. Essas posições e até vos digo mais, acho que elas são menorizam e enfraquecem a posição de quem as diz. E vou explicar porquê.

Em democracia há opiniões pessoais, de grupos, de associações, e também de partidos políticos que foram eleitos democraticamente. E com a eleição democrática, cabe-lhes a responsabilidade de fazer vingar o seu projeto político, as suas ideias políticas, relativamente a PDMs, Cartas Educativas, projetos específicos para a cidade, o que quer que seja. Quando nos fóruns próprios e que são foros abertos e participativos, relembro que só neste processo do PDM houve 33 entidades formais envolvidas, para além de centenas de

cidadãos e associações que quiseram participar. Quando nestes foros esses Partidos não conseguiram vingar as suas posições e fazer a sua política de influência para levar os seus ideais e os seus projetos para a frente, não é a via judicial que lhes vai acrescentar valor. Bem pelo contrário. A única coisa que faz é consumir recursos, tempo, recursos financeiros, e eu só tenho pena que no nosso planeamento jurídico em Portugal estas pessoas não sejam responsabilizadas ao nível das custas judiciais porque no fundo, somos todos nós como contribuintes que andamos a pagar isto. E eu acho que é profundamente errado.

Este é o aspeto negativo que eu queria realçar sobre a Carta Aberta, que é o primeiro ponto do relatório de atividade municipal.

O segundo, este pela via positiva, e que alegra muito e, curiosamente aqui estamos também em sintonia ali que o Bloco de Esquerda que acabou de fazer a referência à atribuição das casas de habitação social. Eu recordo que há não muito tempo, eu estava a fazer este reparo na Assembleia Municipal de que isto era um acto que eu acho de um significado imenso e, nomeadamente ao nível da coesão social, porque se trata de uma Câmara que está com uma troika local, mas a viabilizar um bairro social que é da sua responsabilidade, em que em 30 anos ninguém fez nada.

E portanto, isto tem de facto um significado aqui imenso, imenso. E tal como o presidente da junta de freguesia mencionou, a cara de alegria das pessoas, ainda para mais no Salão Nobre, a receber as chaves das habitações e, portanto, isto é notável.

A nota negativa relativamente ao seu comentário e à Moção que referenciou. Eu já o disse aqui, também há umas assembleias municipais atrás, é que o Bloco de Esquerda usa sempre de duas estratégias: uma é o alarmismo social e a outra é a desresponsabilização. E volta novamente aqui a uma Assembleia Municipal a falar sobre o Bairro do Caião e do Griné que são da responsabilidade do IHRU. Imaginem pedindo influência da Câmara!? A Câmara fez todas as semanas, a cada 2 semanas influencia e tenta que o IRHU faça alguma coisa ali. Mas não é responsabilidade da Câmara. Onde é responsabilidade da Câmara as coisas aparecem feitas.

E vem agora o senhor deputado falar de atrasos!? Olhe fale dos atrasos do IRHU nos bairros sociais do Caião e do Griné. Aí é que se deve concentrar nos atrasos. E exerça também, como politico que é e responsável que é, obtenha lá a influência que o Bloco de Esquerda tem junto do Governo para efectivamente desbloquear estas situações, como tantas outras que existem no nosso município.

Eu relembro só uma coisa. Hoje foi mencionado aqui nesta a Assembleia no ponto de Antes da Ordem do Dia, questões relacionadas por exemplo com a rotunda da BICA. Eu relembro quando tivemos uma Assembleia Municipal descentralizada em Nossa Senhora de Fátima, as duas únicas intervenções que apareceram do público tinham a ver com questões de responsabilidade do Governo Central. Que é a questão da falta de Médico de Família e exactamente a rotunda da Bica, ok.

Isto para perceber o quê? Há um montão de coisas que não são da responsabilidade da Câmara e que não avançam por inoperância deste Governo. Porque o Governo está com um Ministro das Finanças que não assina o cheque para nada. E, portanto, nós vamos acumulando e acumulando uma série de atrasos em obras que são estruturantes para a cidade, simplesmente porque ao nível do Governo Central as coisas não andam e não avançam. Tenho dito."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: 058

"Senhor Presidente neste ponto e depois do que já ouvimos, em nome da bancada do PSD venho manifestar a solidariedade de todos nesta bancada, ao Senhor Presidente da Câmara

e aos funcionários da Câmara e da Assembleia Municipal, porque estes processos judiciais mais não são do que processos que não respeitam a democracia e os resultados eleitorais.

Processos esses que ao abrigo de ações populares fogem às custas judiciais. São processos fáceis, sem custos, mas que pagamos todos nós os contribuintes.

São processos que mais não procuram do que empatar a execução de projectos aprovados aqui democraticamente. Obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:060

"Obrigado a todos. Rui Alvarenga eu peço desculpa por não termos respondido depressa à questão da cadela dumbia. Foi uma questão de gestão nossa porque nós tivemos muitas solicitações no livro de reclamações, no provedor de justiça, na direção-geral de agricultura e veterinária, a dumbia solicitou informação de uma série de entidades e daquele monte todo houve um erro de gestão da nossa parte em relação à resposta do PAN. Aliás se ler estas respostas todas o texto é o mesmo como é evidente. É pegarmos na informação da nossa Veterinária e traduzi-lho de acordo com alguma delas, do que aconteceu. Porque de facto é inenarrável.

Depois há outra coisa. Vamos intentar um processo judicial contra pessoas que insultaram de forma absolutamente inadmissível e baixa, muito baixa, aliás eu nunca tinha visto algo tão mau e tão feio, porque o fizeram em público, nas redes sociais, as pessoas que destrataram de uma forma de inqualificável a nossa Veterinária, que agiu com toda a correção na gestão da cadela dumbia.

Aliás o comunicado do PAN é emitido no dia em que eu respondi ao PAN e à CADA, até fiquei com dúvidas qual, em termos de horário, o que saiu primeiro. Enfim, dar-lhe esta nota de desculpa por tanta gente e de tantas frentes que vieram pedir explicações e ficou ali o PAN por esclarecer.

Em relação à questão da ASPEA vamos ter proximamente uma informação circunstanciada sobre isso. Temos de ter agora mais cuidado em certas matérias. Veja como é que é grave um dirigente acusar a Câmara e dezenas de associações, de umas a pagarem e outras a receberem dinheiros públicos, sem terem as declarações da Segurança Social e das Finanças nos processos. Isto é de uma gravidade brutal.

E portanto há coisas que vão ter que começar a ser responsabilizadas no sítio próprio. Porque é só pegar numa coisa tão simples, toda a gente sabe, hoje em muitos processos já não estão lá as declarações de não dívida à Segurança Social e das Finanças. Porquê? Porque é dada uma password para consultarmos os processos. Mas o Senhor Presidente da ASPEA decidiu pegar nisto e dar como exemplo, como isto é uma máfia pegada, a Câmara até paga subsídios a quem não tem declarações nos processos, etc. O último comunicado tem sete ou oito páginas, uma coisa inacreditável.

Mas vamos tendo aqui algum cuidado e alguma paciência. Nós temos poucos processos. Ou melhor, nós temos poucas origens de processos. Eu recomendo ao Pedro Pires da Rosa e ao Fernando Nogueira que ficam sempre muito excitados com estas coias, que leiam a acta da reunião de Câmara da aprovação da revisão do PDM. Em que eu quis ser claro, nominal, eu referenciei os nomes para memória futura. Agora não vou é andar a repeti-los sempre.

Aliás a nossa atitude democrática, aberta, vai continuar como é evidente. A transparência é toral e absoluta, completa, e essa vai continuar a ser a nossa maneira de ser. E dizer-vos que só houve um Partido que reagiu no dia seguinte à Carta Aberta. Está tudo dito. Aliás como hoje aconteceu aqui.

Agora o discurso com os nomes claros e distintos de quem é a âncora e já expliquei que o episódio da discussão pública final do PDM explica um conjunto de comportamentos até lá e daí para cá. E os actores são os mesmos! É um pequenino grupo. Eu não vou agora

transformar um pequeno grupo de seis pessoas num número de sessenta mil que é o número de eleitores do nosso município. Não. Porque é um petit comité que se dá mal na democracia e que vai para outro tipo de campo.

Os Vereadores do Partido Socialista pediram e foram consultar o processo do David Iguaz contra o PDM e a Carta Educativa, e leiam aquela peça porque ela é chocante. E o advogado de Aveiro que a escreveu nem sequer teve a hombridade de a assinar. Foram buscar um advogado que ninguém conhece de Viseu!? Ou este que entrou agora contra o Rossio, o advo9gado de Aveiro que o escreveu não teve a hombridade de o assinar e foram buscar uma advogada desconhecida de Oliveira do Bairro!?

Portanto estas são as circunstâncias objetivas. E o advogado que escreveu está lá na acta o nome dele. Na tal acta. O Victor Rocha, director de campanha do Partido Socialista nas eleições autárquicas de 2017 também lá está o nome dele, e assinou textos que o doutor advogado escreveu e que foi confessar à Câmara "é pá, isso fui eu que escrevi, mas não é contra vocês". Depois a rapaziada tem pouco jeito para o Direito e nenhum jeito para a política quando se põe a fazer as duas coisas.

Por isso há um marco que eu quis que ficasse escrito. Está nessa acta, foi um discurso que eu fiz de introdução ao ponto e que depois indiquei aos serviços que transcrevessem essa minha declaração na íntegra para a acta.

Fernando esta tinha sido uma das questões que não lhe tinha respondido, mas já tinha dito que neste ponto iria falar mais sobre isto.

A outra tem a ver com os concursos do Rossio e os pareceres. Fernando é normal que façamos assim. Não em todas as obras porque algumas não têm pareceres, mas é muito normal. Porque estes pareceres, estes projectos, são desenvolvidos com as entidades. Quando temos formalmente um parecer nós já reunimos muitas vezes com as entidades. Foi assim na Pêga, foi na estrada dique da marinha da Troncalhada, nada de mais. São coisas tranquilas de quem trabalha em equipa. Está lá escrito alguma coisa que a Câmara não soubesse no parecer da DRCC ou da APA? Nada. Falámos tantas vezes, reunimos tantas vezes, vejam só que da parte arqueológica quantos comunicados, quantas reuniões motivou, quantas vindas da DRCC cá. Portanto é uma coisa normal. Não passa nada, não vale a pena entrarem em fabulações.

Rui Alvarenga essa questão de que são todos mal-intencionados eu não tenho essa noção. Não de todo. Olhe estão aqui seis pessoas. Não foi o movimento juntos pelo Rossio que pôs a Câmara em Tribunal. Aliás é bom que vejam como é a vida dessa Associação. A vida formal. Planos, orçamentos, enfim. Foi o Senhor David Iguaz. Não foi nenhuma Associação nestes tantos processos que temos, nenhum foi colocado por associação nenhuma.

São de pessoas e de pessoas envolvidas e líderes de associações. É um processo muito curioso. Rui eu não tenho essa ideia nem do PAN nem de nada. Eu já fui a uma acção partidária do PAN e tive muito gosto e irei a outras para falarmos com abertura e explicar os processos. Esta é a nossa forma de trabalhar absolutamente aberta e transparente como não podia deixar de ser.

A BUGA2 vai dar-se bem com a BUGA porque nós entendemos que são dois mundos que jogam bem. A nossa BUGA que vai continuar a ser gratuita e a nossa BUGA2 de serviço partilhado e pago, que vai estar em 22 docas por toda a cidade. Curiosamente hoje dá-se a circunstância bonita, porque assinamos o contrato, com o consórcio que ganhou o concurso e portanto vamos agora em tantas matérias.

O Life Payt é um projecto dificil. E dificil para todos porque é um consórcio de países europeus em que no único país que corre benzinho, de nível baixo é em Portugal nos municípios de Condeixa e em Aveiro. Mas é uma revolução cultural que não se dá muito bem com os países latinos. E os países que estão envolvidos no life Payt são todos do sul da europa. É uma revolução que exige disciplina e algumas associações em vez de andarem a

dizer mal da tampa do contentor que não está no sítio devido deveriam andar a ajudar a sensibilizar os cidadãos para a adesão a um projecto de justapor o pagamento da taxa à quantidade de resíduos que cada um de nós produz e não ir tudo para o monte de depois fazermos um cálculo pelo consumo da água.

São estes tipos de questões que com grande empenho e com grande clareza, aliás como essa entidade que se queixou a toda a gente, à Comissão Europeia, à Agência Portuguesa do Ambiente, tivemos que explicar tudo, num processo gerido pelo Vereador João Machado.

O FAM tem também um trabalho muito intenso, muito claro, tem um acompanhamento permanente da Câmara, obviamente exige proximidade. No que respeita ao investimento exige relatórios, exige prova documental, portanto é um trabalho de grande rigor, de grande qualidade e muito útil obviamente para a Câmara para as Associações e muito especialmente para os cidadãos do nosso município.

Quanto a Filarmonia. Rui há ai um problema com o tempo verbal. Não é havia. Tudo existe. As atividades que disse continuam a existir, o Vereador Miguel Capão Filipe continua a ser representante na Direção da Associação que reúne regularmente. Há aí qualquer coisa no seu discurso que não está bem! A Associação continua a ter uma vida intensa, activa, no nosso município, e noutros municípios do país, com grande notoriedade já nas grandes casas de Cultura do nosso país e, portanto, há aí qualquer informação que tem que ser melhorado porque o tempo verbal que usou não está correcto.

A importância de haver parcómetros nas zonas de serviços públicos tem a ver com a rotação necessária. Se nós não fizéssemos isso a maior parte dos lugares estavam para o mesmo carro o dia inteiro. Tem a ver com isto. Repare nós hoje temos situações de algumas zonas comerciais da nossa cidade a solicitarem que ponhamos parcómetros precisamente por causa disso. Chega o trabalhador daquela empresa que entra às oito e sai às seis ou as sete, e utiliza o tempo todo, não deixa lugar para os clientes. Este é que é o princípio. É exactamente o contrário do que disse em termos do princípio e em termos da consequência. E no hospital ainda por cima não se aplica, sabe. O hospital é um grande consumidor por causa das visitas. E mesmo assim tem uma rotação monumental mesmo com os problemas dos arrumadores. E os nosso profissionais foram entendendo o quê? Que o outro gratuito, que é provisório, mas que está lá ao dispor é o que está mais à mão e por isso mais utilizado.

João Moniz obrigado pelas suas referências. Nós queremos fazer mais e temos que fazer mais e queremos continuar a fazer mais na habitação. Habitação social no seu conjunto, com base em investimento privado.

Queremos pôr em ordem, como estamos a pôr em ordem, já numa fase já muito desenvolvida, os 600 fogos de habitação social do nosso município, que estavam numa situação inacreditável. Ainda hoje assinei o lançamento do concurso de 190 mil euros para tratar das coberturas das nossas habitações em São Jacinto. Metem água por vários sítios. Mas são trabalhos de facto muito complexos. Fazer projeto de reabilitação, lançar concursos, são projetos brutais. Foram anos de facto de abandono como o Filipe disse e bem, e é por isto tudo na ordem. Mas não é por na ordem nos termos de há 30 anos. Não. Nós temos de pôr na ordem nos termos de hoje. Com condições acústicas, com equilíbrio térmico, com gás natural, etc. Não tem nada a ver com aquilo que estava lá. É fazer tudo de novo. É um grande investimento e vamos continuar a fazer. E vamos continuar a ater o sector privado como principal parceiro nessa matéria.

E olhe, fale com o IRHU. Ainda agora foi mal entendida uma declaração minha, deturpada completamente pelo gabinete de imprensa do Ministério onde está integrado o IRHU, que é o Ministério das infraestruturas e da habitação. Ah, a Câmara de Aveiro diz que entregou dinheiro ao IRHU para fazer obras no Caião e no Griné. Todos vocês sabem que nós não entregámos dinheiro a ninguém. Nós temos no nosso PEDUCA uma verba de meio milhão

de euros reservada, cativa, para quando o IRHU faça o investimento de requalificação numa 1.ª fase no Caião e no Griné. Toda a gente sabe.

Prometeram que era em Dezembro 2018, prometeram que era em Junho e até ao momento nada, nada, nada, É tudo um grande zero.

Mas ouçam. Insistência, reuniões, tudo. Vejam até temos uma aveirense que conhece bem isto, que é a Directora Regional Norte do IRHU. Mas melhorou o quê? Nada. Mas pronto a luta continua. Eu gostava de ter o Bloco de Esquerda e o PCP a ajudar-nos e obviamente o Partido Socialista que é quem manda nesta operação toda.

Eu não percebi a questão do tapete. Naturalmente quereria de arraiolos mas depois ficava mais caro e o problema para lavar era uma chatice. Nós entendemos que o alcatrão é a questão mais indicada para o tapete por uma questão técnica, de robustez e de resistência às variações térmicas, etc. E portanto este processo que queremos levar até ao fim seja para o lado da Póvoa do Valado seja para o lado da EN109, obviamente com as limitações de algumas estruturas que já existam, mas globalmente de materializarmos aqui bons corredores para o modo suave pedonal, dado que a nossa lógica de modo ciclável é aquela que ainda há pouco referi para esta zona da nossa cidade.

Jorge Greno muito obrigado pelas várias referências, nomeadamente o novo pavilhão que lançámos agora e obviamente lá iremos ao ajustamento das linhas quando se justificarem.

E estamos a trabalhar muito para que se justifique o mais rápido possível. Seja pelo mérito do trabalho dos nossos parceiros da aldeia do futebol da AFTA, seja os campos de treino do EMA que vão entrar em obra proximamente. Estão já em execução. É uma aposta forte de dar vida àquela infraestrutura.

Tomei boa nota dos desfibrilhadores, sendo que nós já começamos esse trabalho. É uma operação gerida pelo Vereador Miguel Capão Filipe. Já começamos porque não é apenas pôr lá o desfibrilhador. É preciso responsáveis, é preciso formação regular, pois os desfibrilhadores que nós compramos têm toda essa operação e está a correr bem. E vamos continuar a crescer nessa capacitação de equipamentos de uso público que não só os desportivos. E também obviamente a ideia daquelas que são as associações poderem via PMA suportar esse investimento que é evidentemente pertinente.

Tomei nota da iluminação pública dos problemas que de vez em quando temos. Mas que se vão resolvendo. Já demos uma nota há dias do excelente anos de 2019 que tivemos. Nós tivemos mais de 950 toneladas de resíduos em modo selectivo. Foi mais do dobro das 400 que tínhamos recebido em 2018. E quase o quadruplo do que tínhamos recolhido em 2017. É um crescimento fortíssimo. Queremos fazer mais, com o envolvimento de todos, com os nossos cidadãos e com as associações ambientalistas que no ajudem também a fazerem campanhas. É uma aposta excelente que tem corrido muito bem. Um trabalho coordenado pelo Vereador João Machado e que obviamente iremos prosseguir. E assinámos também com o nosso agrupamento de escolas sabendo que a nossa comunidade educativa tem aqui um papel de formação da comunidade e de mobilização particularmente relevante.

Muito obrigado à Catarina Barreto, ao Presidente Victor Marques pelas vossas referências, iremos trabalhar com grande empenho nessa parceria com as nossas juntas de freguesia. Seguramente já não será hoje mas para a semana aprovaremos os nossos contratos que assinaremos neste mês e que já estão preparados, nesta parceria que tem corrido muito bem.

Queria deixar uma nota ainda para a habitação social, que eu acho que é muito interessante. Estava aqui à bocado a ouvir e estava com dúvidas se já vos partilhei isto ou não. Foi muito interessante nesta cerimónia que fizemos e quisemos fazê-la no salão nobre, ver que a cada uma daquelas pessoas que entregámos uma casa, não nasceram em Aveiro nem cá vivem há muitos anos. Foi muito interessante verificar como nós somos um território de acolhimento, mas como não estamos a acolher da melhor forma. Estamos a falar a olho

mas seguramente 80% das pessoas nasceram em países bem longínguos. De áfrica e da ásia. E havia um casal de venezuelanos mesmo. São imigrantes mesmo da Venezuela.

E isto tem tanto de bom como de preocupante. De bom porque obviamente são cidadãos que adotaram Aveiro como terra sua, acolhemo-los e pelo cumprimento do regulamento, uma delas é tempo de residência, tem o direito de ter acesso ao que toda a gente tem direito. Esse é o lado bom. O lado que me preocupa é o lado de um país que não tem estratégias de integração que permita que estes cidadãos tão rapidamente de estar à chegada de estar a recorrer aos apoios sociais, nomeadamente nas Câmara Municipais. E isto é um lado negativo que me preocupa muito. Ainda agora na declaração que fiz na tomada de posse no Comité das Regiões quis focar exactamente isto. Não há coesão europeia. Não há coesão social em qualquer território por pequeno que seja como Portugal ou por grande que seja como é o continente europeu, quando a diferença de desenvolvimento económico, quando a diferença de rendimento é tal ordem brutal, como acontece dentro do espaço europeu, como acontece dentro do espaço nacional.

E este é um elemento central e fundamental, sabendo que corremos o risco de boa parte destes cidadãos nossos, daqui a pouco serem cidadãos espanhóis, porque num nível de vida idêntico ao nosso lá ganham o dobro. Ou de serem franceses com um custo de vida idêntico ao nosso, lá ganham o triplo ou o quádruplo para funções análogas.

E esta componente do desenvolvimento económico integral, da verdadeira coesão, para que nós possamos porque é a nossa cultura de país aberto todas as culturas, de país do mundo que somos, na história, que somos no presente e que seguramente queremos continuar a ser, mas obviamente que nós possamos propiciar a quem cá está de raiz e a quem para cá vem por opção de vida, níveis de qualidade de vida, níveis de rendimento, que servem de base bem mais altos para nós podermos ter aqui um desenvolvimento mais equilibrado.

Mas foi muito interessante viver aquele momento tão diferente do que tínhamos vivido há 3 anos quando entregámos 44 fogos. Mas nesta lógica de sermos uma terra de muitas culturas, mas sermos um país que tem que olhar bem para essa necessidade que tem de importar gente que queira viver aqui, mas obviamente tem que temos de dar condições de desenvolvimento económico, de rendimento, para que eles não percebam que há aqui países ao lado com circulação franqueada onde se pode viver com melhores condições. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por encerrada661 a primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que os trabalhos da sessão, nos termos regimentais, continuam no dia 14Fev2020 (sexta-feira), na sede da Assembleia Municipal, em Aveiro.

Eram 00:30 horas do dia 14 de Fevereiro de 2020.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

Assembleia Municipal de Aveiro - Acta n.º 41 do Quadriénio 2017/2021 - Pág. 32